



204

agosto 2013

Carta Mensal  
**INTAL**

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento





# Tabela de conteúdos

## Coluna de Análise

¿Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina? .....	7
---	---

## Blocos de Integração

### Caribe

34ª Reunião Regular da Conferência de Chefes de Governo da Caricom e Fórum de Doadores .....	19
--	----

### América Central

Reestruturação e mudanças no sistema de integração centro-americano .....	21
Negociações externas da América Central .....	23

### Comunidade Andina

O BID e a interconexão energética andina .....	26
CAN: impulso ao desenvolvimento rural .....	29
Acordos comerciais de países andinos .....	30

### MERCOSUL

Avanços na incorporação da Bolívia ao Mercosul .....	31
Integração física entre Brasil e Guiana .....	32
Avançam as negociações entre Paraguai e México .....	33
Empréstimos do BID contribuem para aumentar a competitividade dos países do Mercosul .....	34

### UNASUL

Reunião do Conselho Energético da Unasul .....	35
--	----

## Panorama Regional e Global

Preparativos para a conferência de Bali: facilitação do comércio .....	39
Acordos comerciais no âmbito da Aladi .....	42

## Setor de Integração e Comércio

Revista Integración & Comercio N° 36 (Enero-Junio 2013) .....	45
Convocatoria para el envío de artículos para la Revista Integración & Comercio 37 .....	46
LAC Flavors 2013: Rueda de Negocios .....	47

## Outras Atividades do BID

BID anunció nuevos compromisos con la seguridad vial .....	51
--	----

## Centro de Documentação INTAL

## Reseñas Bibliográficas

BONILLA, Adrián.; ORTIZ, María Salvadora (Coords.). De Madrid a Santiago: Retos y oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe. San José de Costa Rica: Flacso, 2012. .... 55

## Alerta Bibliográfico

..... 58

## Bibliografía Destacada del Mes

\*Emprendimientos en América Latina : desde la subsistencia hacia la transformación productiva. (2013). Bogotá: CAF ..... 59

\*World Investment Report 2013 : Global Value Chains : Investment and Trade for Development. (2013). New York: UNCTAD ..... 62

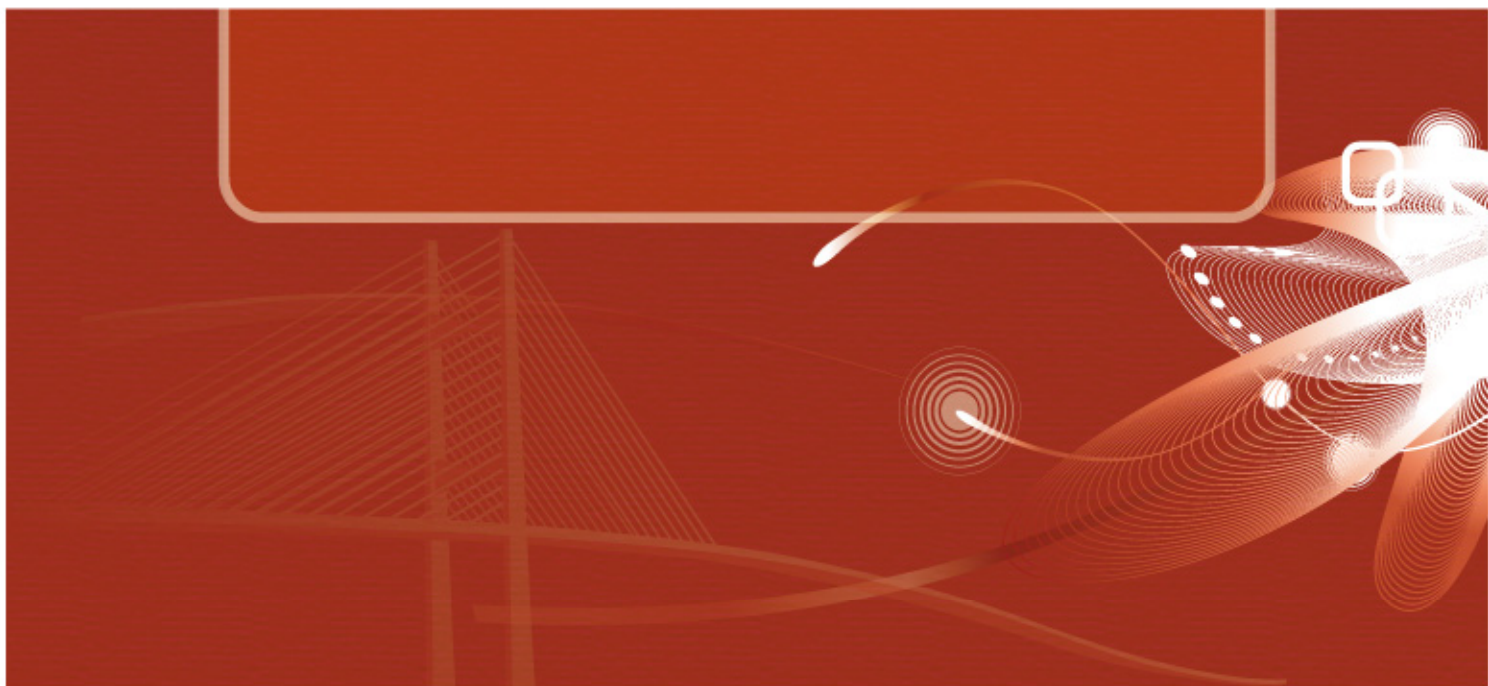
\*Strengthening biregional cooperation between Latin America and Asia-Pacific : The role of FEALAC. (2013). Santiago de Chile: CEPAL ..... 64

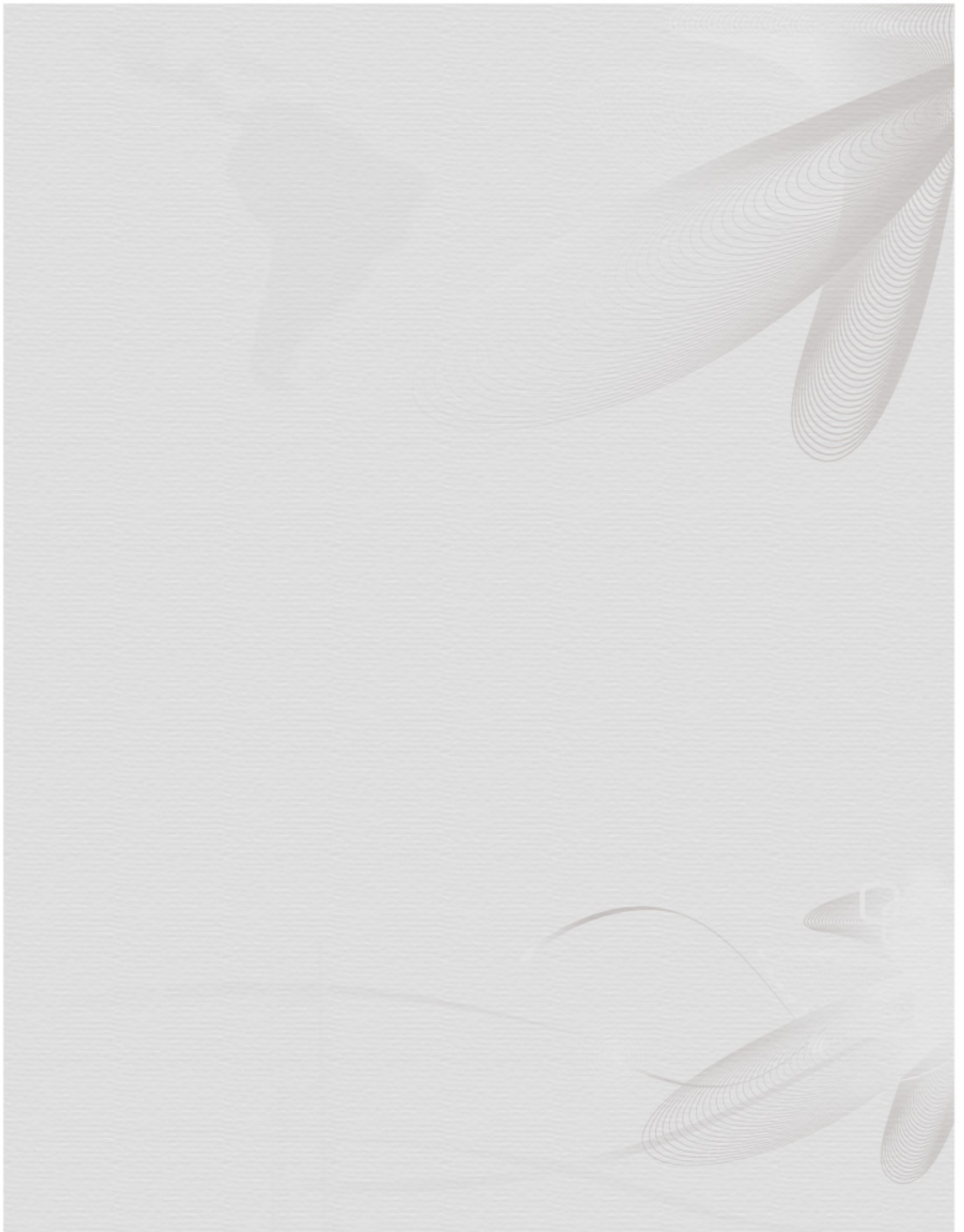
## Redação

..... 67



# Coluna de Análise





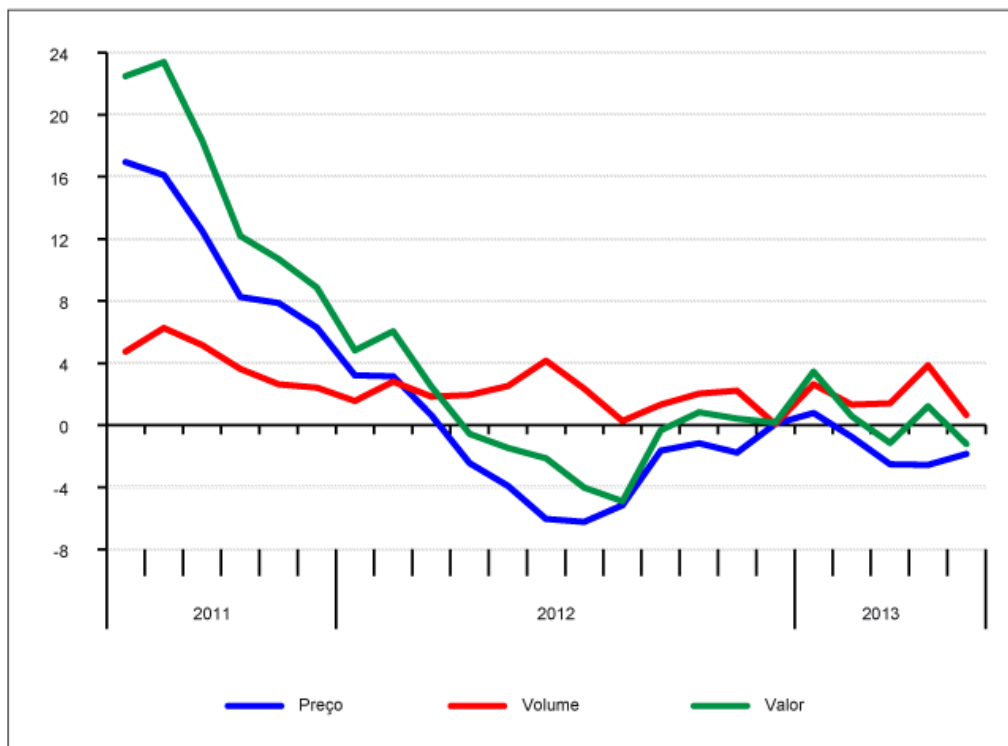


## ¿Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?

No âmbito da recuperação irregular da atividade econômica mundial posterior à crise financeira internacional, até meados de 2012 o comércio mundial se debilitou, expandindo-se lentamente a partir desse momento (Gráfico 1). As perspectivas indicam que as tendências de baixo crescimento do volume e de queda dos preços das matérias-primas se manterão (FMI, 2013), em um contexto de recessão na Eurozona, menor dinamismo de algumas economias emergentes e maiores restrições comerciais (EVENETT, 2013).

Gráfico 1. Comércio mundial: Variação i.a. do valor, preços e volumes

Índices base 2005 = 100. Séries dessazonalizadas. Variação em %.



Fonte: Elaboração própria com dados do CPB.

Nesta conjuntura menos favorável, e sem avanços significativos nas negociações da Rodada de Doha, muitos países estão buscando novos canais para fomentar o comércio e a cooperação. Em especial, as iniciativas de liberalização comercial em escala regional ganharam relevância: na atualidade, quase todas as economias do mundo estão realizando negociações para assinar novos acordos comerciais regionais ou ampliar os existentes; de fato, grande parte do intercâmbio mundial ocorre entre países que contam com esquemas preferenciais. Em 2012 entraram em vigor 14 novos acordos regionais (um a mais do que a média anual da década passada) e outros oito começaram a vigorar nos primeiros sete meses de 2013.[1] Um ingrediente relativamente novo neste panorama é a negociação de "mega-acordos",[2] que envolvem os principais atores da economia e do comércio mundial (Gráfico 2).[3] Entre as negociações mais relevantes destacam-se:

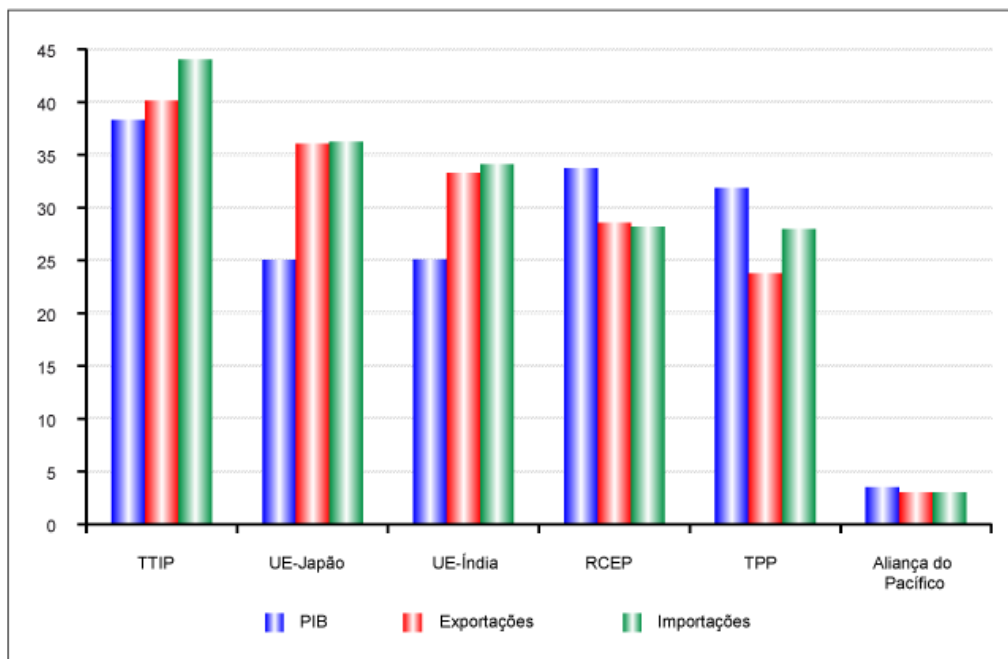


- **Acordo Transatlântico** (*Transatlantic Trade and Investment Partnership- TTIP*): Estados Unidos e União Europeia (UE);
- **Acordo UE-Japão;**
- **Acordo UE-Índia;**
- **Acordo Transpacífico** (*Trans-Pacific Partnership - TPP*): Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão (recentemente incorporado), Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã;
- **Associação Econômica Integral Regional** (*Regional Comprehensive Economic Partnership - RCEP*): Asean (Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã), Austrália, China, República da Coreia, Japão, Índia e Nova Zelândia.[4]


Na América Latina o processo que tem maior sintonia com essa tendência de formação de mega-acordos é a **Aliança do Pacífico**, da qual participam Chile, Colômbia, México e Peru.

### Gráfico 2. Relevância no produto e no comércio mundial de negociações selecionadas

Como % do total mundial. Dados de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da OMC e do FMI.



Em termos gerais, nessas negociações a desoneração tarifária em bens industriais e grande parte das matérias-primas tem uma relevância menor, seja porque os países contam com acordos entre si (Quadro 1) ou porque as tarifas vigentes são relativamente baixas. Os aspectos mais significativos giram em torno das barreiras técnicas e não tarifárias, comércio de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. Consequentemente, prevê-se que o maior impacto destes acordos não tenha origem na eliminação de tarifas, mas sim nos aspectos regulatórios do comércio, tanto de bens quanto em outros temas. No entanto, o capítulo agrícola é o que gera maiores incógnitas com relação ao grau de liberalização que será atingido no âmbito destes mega-acordos, por ser o setor em que, principalmente, os países industrializados aplicam maiores dispositivos protecionistas, sob a forma de tarifas, subsídios, padrões sanitários e outras barreiras não tarifárias.

**Quadro 1. Negociações e acordos comerciais vigentes entre economias selecionadas**

País	COL	CHI	MEX	PER	CAN	EUA	AUS	BRU	JAP	MAL	NZE	SIN	VIE	CAM	CHN	COR	FIL	IND	INA	LAO	MYA	TAI	UE	
COL		V	V	V	V	V			N							C							V	
CHI	V		V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	C		V	V		V*						V
MEX	V	V		V	V	V	N	N	V	N	N	N	N											V
PER	V	V	V		V	V	N	N	V	N	N	N	N		V	V							V	V
CAN	V	V	V	V		V	N	N	N	N	N	N	N											N
EUA	V	V	V	V	V		V	N	N	N	N	V	N		V									N
AUS		V	N	N	N	V		V	N	V	V	V	V	V	N	N	V	N	V	V	V	V	V	
BRU		V	N	N	N	N	V		V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	N	N	N	V	
JAP	N	V	V	V	N	N	N	V		V	V	V	V	V	N	N	V	V	V	V	V	V	V	N
MAL		V	N	N	N	N	V	V	V		V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	N	N	V	N
NZE		V	N	N	N	N	V	V	0	V		V	V	V	V	N	V	N	V	V	V	V	V	
SIN		V	N	V	N	V	V	V	V	V	V		V	V	V	V	V	V	V	V	N	N	N	C
VIE		C	N	N	N	N	V	V	V	V	V	V		V	V	V	V	V	V	N	N	N	V	N
CAM							V	V	V	V	V	V	V		V	V	V	V	V	V	V	V	V	
CHN		V		V			N	V	N	V	V	V	V				V	E	V	V	V	V	V	E
COR	C	V		V		V	N	V	N	V	N	V	V				V	V	V	V	V	V	V	V
FIL							V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	N	N	N	V	
IND		V*					N	V	V	V	N	V	V	V	E	V	V		V	V	V	V	V	N
INA							V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V		N	N	V	
LAO							V	N	V	N	V	N	N	V	V	V	N	V	N		V	V	V	
MYA							V	N	V	N	V	N	N	V	V	V	N	V	N	V	V	V	V	
TAI				V			V	V	V	V	N	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	V	N
UE	V	V	V	V	N	N			N	N		C	N		E	V		N					N	

Notas: \* Acordo de alcance parcial. V: Acordo regional vigente. C: Negociação concluída ou acordo assinado que ainda não entrou em vigor. N: Acordo regional em negociação. E: Acordo regional em estudo. COL: Colômbia, CHI: Chile, MEX: México, PER: Peru, CAN: Canadá, EUA: Estados Unidos, AUS: Austrália, BRU: Brunei Darussalam, JAP: Japão, MAL: Malásia, NZE: Nova Zelândia, SEM: Cingapura, VIE: Vietnã, CAM: Camboja, CHN: China, COR: República da Coreia, FIL: Filipinas, IND: Índia, INA: Indonésia, LAO: Laos, MYA: Myanmar, TAI: Tailândia, UE: União Europeia. Amarelo: Aliança do Pacífico. Azul claro: TPP. Rosa: RCEP. Alaranjado: Estados Unidos-UE. Cinza: Japão-UE. Marrom: UE-Índia. Fonte: Elaboração própria com base no IJI (INTrade-BID) e em fontes nacionais.

Visto que os acordos estão em processo de negociação (inclusive algumas delas acabam de começar, como a incorporação de Japão ao TPP, ou as do TTIP e a Aliança do Pacífico) e em alguns casos não se conhecem os detalhes das negociações (como no TPP), torna-se difícil saber quais serão as consequências precisas caso se concretizem. No entanto, é possível prever alguns efeitos que não impactarão só os países envolvidos nas negociações, mas principalmente todo o mundo. Em geral, o fato de elas terem uma agenda ambiciosa que, além da desoneração tarifária inclui temas regulatórios, poderia implicar a instauração de um patamar de padrões mais elevado que o atual, que se aplicará às relações comerciais com o restante das economias e certamente em

futuras negociações.

Em particular, no caso dos países latino-americanos, a concretização desses mega-acordos teria um impacto muito heterogêneo, mas com a finalidade de simplificar a análise poderiam ser identificados dois grupos de países, segundo contem ou não com acordos regionais com as economias envolvidas nas negociações mencionadas.

### **Latino-americanos com projeção para os mega-acordos**

Nesse conjunto de economias que assinaram acordos com os Estados Unidos, a UE e alguns países asiáticos, existem, por sua vez dois subgrupos.

#### *Aliança do Pacífico*

Com a criação da **Aliança do Pacífico (AP)**, Chile, Colômbia, México e Peru visam criar uma plataforma de integração econômica e comercial, e de projeção para o mundo, com especial ênfase na Ásia-Pacífico. Exceto a Colômbia, os demais membros também fazem parte da negociação do TPP. Por um lado, a ação em bloco poderia aumentar a influência destes países dentro do mega-acordo e, inclusive, promover a adesão às negociações pela Colômbia - país que já solicitou sua entrada nesse esquema.

Por outro lado, quanto aos objetivos da AP (ampliar e diversificar o acesso a mercados, inserir as economias em cadeias globais de valor e atrair investimentos), os países devem superar obstáculos que vão além da desoneração tarifária[5] como as regulações e procedimentos alfandegários, a infraestrutura de transporte, entre outros. O estabelecimento de regras de origem comuns a todos os sócios e a implementação de um mecanismo de acumulação de origem é um ponto que poderia favorecer a integração produtiva e comercial dentro do bloco visando à sua inserção no restante do mundo.

Hoje, a relação comercial destes países com outros membros do TPP mostra uma alta concentração quanto a destinos e está baseada em sólidas complementaridades. Os Estados Unidos são destino de 90% das exportações da AP, onde o México é o principal fornecedor do bloco.[6] As economias sul-americanas são eficientes abastecedoras de produtos primários e baseados em recursos naturais (petróleo, metais, frutas e café), enquanto o México aproveita principalmente diferenciais no custo da mão de obra como fornecedor de manufaturas para o mercado norte-americano no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Os demais destinos relativamente importantes dentro do TPP - Japão, Canadá, Austrália e Cingapura - são demandantes de produtos básicos da AP.

Neste contexto, os principais desafios para a AP estão relacionados com a sua inserção nas cadeias globais de valor. Dadas as diferenças mencionadas previamente, é de se esperar que os interesses de negociação no TPP sejam diferentes: enquanto o México buscaria melhorar as condições de inserção de suas manufaturas nas cadeias existentes, os outros países poderiam se concentrar em ampliar o acesso a derivados de suas matérias-primas com maior valor agregado.

No tocante às oportunidades, a AP poderia aproveitar os acordos – assim como a maior proximidade geográfica e cultural - com os Estados Unidos e a UE para funcionar como um elo nos fluxos de comércio entre este bloco e o TPP, o qual também atuaria como fator de atração de investimentos.

## *América Central*

Os países centro-americanos também contam com acordos regionais com algumas das principais economias envolvidas nas negociações mencionadas, mas não fazem parte do TPP. Estes acordos também se sustentam em complementaridades importantes, semelhantes às que o México aproveita no TLCAN ou derivadas da disponibilidade de recursos naturais. Estes países poderiam se beneficiar dos mega-acordos por meio da exportação indireta aos países envolvidos nas negociações com os quais não têm acordos regionais, dependendo, logicamente, do grau de flexibilidade das regras de origem que forem definidas em cada caso. No entanto, seu acesso preferencial a esses mercados se veria abalado pelos novos processos de integração. Neste sentido, algumas das economias centro-americanas manifestaram sua vontade de se unirem à AP. A Costa Rica já se encontra em processo de adesão, o Panamá adquiriu o status de candidato, enquanto El Salvador, Guatemala e Honduras são observadores do processo.

### **As economias com maior incerteza: o papel da complementaridade e as políticas comerciais**

O Mercosul conta com um acordo de alcance parcial com a Índia, vigente desde 2009, e negocia há vários anos e sem avanços significativos um acordo de associação com a UE. Como bloco, o Mercosul solicitou recentemente participar como observador na AP, status que Paraguai e Uruguai já têm.[7]

A negociação UE-Mercosul é, no entanto, ilustrativa da incerteza deste bloco sul-americano frente aos mega-acordos. Dadas as características da estrutura produtiva destes países, são compreensíveis as dificuldades para alcançar um equilíbrio negociador com o bloco europeu em comparação com outras economias da América Latina. Quanto aos interesses defensivos do Mercosul, isto se deve ao fato de o bloco contar com níveis de proteção mais elevados na indústria e nos serviços, setores que têm um maior peso econômico nos membros maiores com relação a outros países da região. Além disso, ao não ter assinado um acordo regional com os Estados Unidos [8] ou outras economias em que esses setores são altamente competitivos – como é o caso do Chile, do México e dos países andinos e centro-americanos -, o custo da abertura à concorrência europeia é potencialmente mais elevado para o Mercosul.

Quanto a seus interesses ofensivos, o Mercosul tem amplas vantagens comparativas em bens agropecuários de clima temperado, os quais também se produzem na UE no âmbito de importantes esquemas de proteção, como foi mencionado antes. Em contraste, a competitividade agrícola de outras economias latino-americanas se concentra em produtos de clima tropical e subtropical que competem muito pouco com a agricultura europeia.[9] As políticas comerciais limitam, portanto, a complementaridade entre o Mercosul e a UE; algo análogo pode-se dizer dos vínculos com os Estados Unidos e o Japão.

Em contraste, em anos recentes, as economias do Mercosul se mostraram de forma crescente complementares com países asiáticos, principalmente com a China, envolvida em outro dos mega-acordos em formação: o RCEP. Embora agora não pareça ter existido uma aproximação entre os dois esquemas de integração, isso não impediu uma forte expansão do intercâmbio bilateral. Um caso hipotético em que os mega-acordos entre países industrializados avançassem sobre o capítulo agrícola - por exemplo, desarticulando posições protecionistas na UE e no Japão - poderia constituir um precedente de flexibilização nessa área para uma futura melhora do acesso do Mercosul aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos. No entanto, também poderia ocorrer

que um acordo dessa natureza "deixasse de fora" esses países, criando maiores dificuldades de acesso do que as já existentes. Uma liberalização agropecuária no âmbito do TTIP ou do TPP poderia implicar uma perda de *market share*, por exemplo, no mercado europeu para os países do Mercosul frente à concorrência de outros grandes exportadores de produtos agrícolas de clima temperado, como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia. Isso é particularmente relevante no caso dos alimentos processados, em que se registra o maior número de barreiras tarifárias, não tarifárias, subvenções à exportação e ajudas internas. Além disso, a incorporação de países latino-americanos no TPP enfraqueceria as preferências para as exportações manufatureiras da Argentina e do Brasil frente à concorrência asiática. Concluindo, a concretização dos mega-acordos teria importantes consequências sobre a configuração dos esquemas regionais de comércio, e as economias da América Latina não serão alheias a esse processo, mesmo para os países que não participam diretamente das mesmas. Como consequência, é crucial o aprofundamento do conhecimento sobre as agendas de negociação e o desenho de estratégias tendentes ao aproveitamento das oportunidades e à minimização das ameaças que estas representam.

#### Bibliografia:

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. "[Instrumentos Jurídicos de Integração](#)".
- \_\_\_\_\_. "[INTrade-BID](#)". Sistema de Información sobre Integración y Comercio.
- EVENETT, Simon. *Protectionism's Quiet Return. GTA's Pre-G8 Summit Report*. Londres: CEPR. Junho, 2013.
- Fundo Monetário Internacional - FMI. "[Growing Pains](#)", em: *World Economic Outlook Update*. Washington, DC, 9 de julho de 2013.
- MENON, J. "[The challenge facing Asia's Regional Comprehensive Economic Partnership](#)", East Asia Forum, junho de 2013.

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[As negociações e os acordos de associação entre a América Latina e o Caribe e a UE](#)", em: *Carta Mensal N° 165*, maio de 2010.
- BID-INTAL. "[Quinta rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico](#)", em: *Carta Mensal N° 175*, março de 2011.
- BID-INTAL. "[Acordo de Associação Transpacífico decide esquema de negociação](#)", em: *Carta Mensal N° 184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. "[Acordo de Associação Transpacífico: México e Canadá se incorporam às rodadas de negociações](#)", em: *Carta Mensal N° 194*, outubro de 2012.
- BID-INTAL. "[Concluída oficialmente a disputa pela banana](#)", em: *Carta Mensal N° 195*, novembro de 2012.
- BID-INTAL. "[Cenários de integração no Pacífico](#)", em: *Carta Mensal N° 200*, abril de 2013.
- BID-INTAL. "[Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal N° 201*, maio de 2013.

- BID-INTAL. ["Cenários de negociação nas principais economias"](#), em: *Carta Mensal N° 201*, maio de 2013.
- BID-INTAL. ["17ª Rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico"](#), em: *Carta Mensal N° 202*, junho de 2013.

[1] Fonte: OMC.

[2] Veja BID-INTAL. ["Cenários de integração no Pacífico"](#), em: *Carta Mensal N° 200*, abril de 2013; e BID-INTAL. ["Cenários de negociação nas principais economias"](#), em: *Carta Mensal N° 201*, maio de 2013.

[3] Um antecedente importante destes mega-acordos foi a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na primeira metade da década passada que envolvia todos os países do continente americano, com exceção de Cuba. Diante da impossibilidade de chegar a um acordo hemisférico, alguns países assinaram novos acordos regionais ou aprofundaram os existentes entre si. Entre eles destaca-se a assinatura de acordos dos Estados Unidos com o Chile, a América Central e a República Dominicana (Cafta-RD, sigla em inglês), Colômbia e Peru.

[4] Uma discussão sobre os desafios do RCEP encontra-se em Menon (2013).

[5] Como se observa no Quadro 1, os países-membros já têm acordos comerciais entre si (inclusive isto é um pré-requisito para entrar no bloco), o que implicaria que as reduções tarifárias adicionais não tenham grande impacto sobre os fluxos comerciais.

[6] Dados para 2011. Fonte: Comtrade.

[7] Veja BID-INTAL. ["Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul"](#), em: *Carta Mensal N° 201*, maio de 2013.

[8] As negociações com os Estados Unidos no âmbito da Alca foram suspensas em 2004. As principais divergências em matéria comercial eram similares às existentes na negociação com a UE.

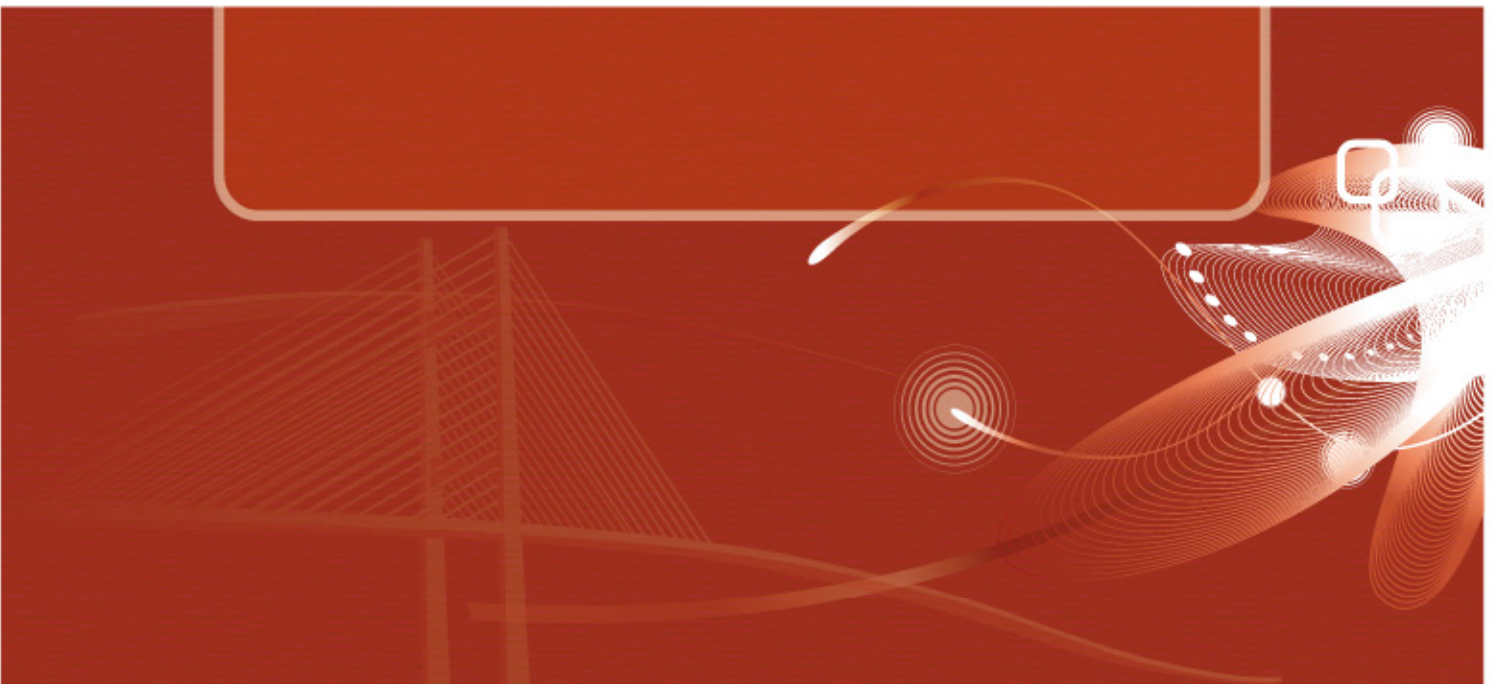
[9] No entanto, deve-se lembrar a longa duração do conflito decorrente do esquema europeu de proteção à atividade bananeira em países do Caribe. Veja BID-INTAL. ["Concluída oficialmente a disputa pela banana"](#), em: *Carta Mensal N° 195*, novembro de 2012.

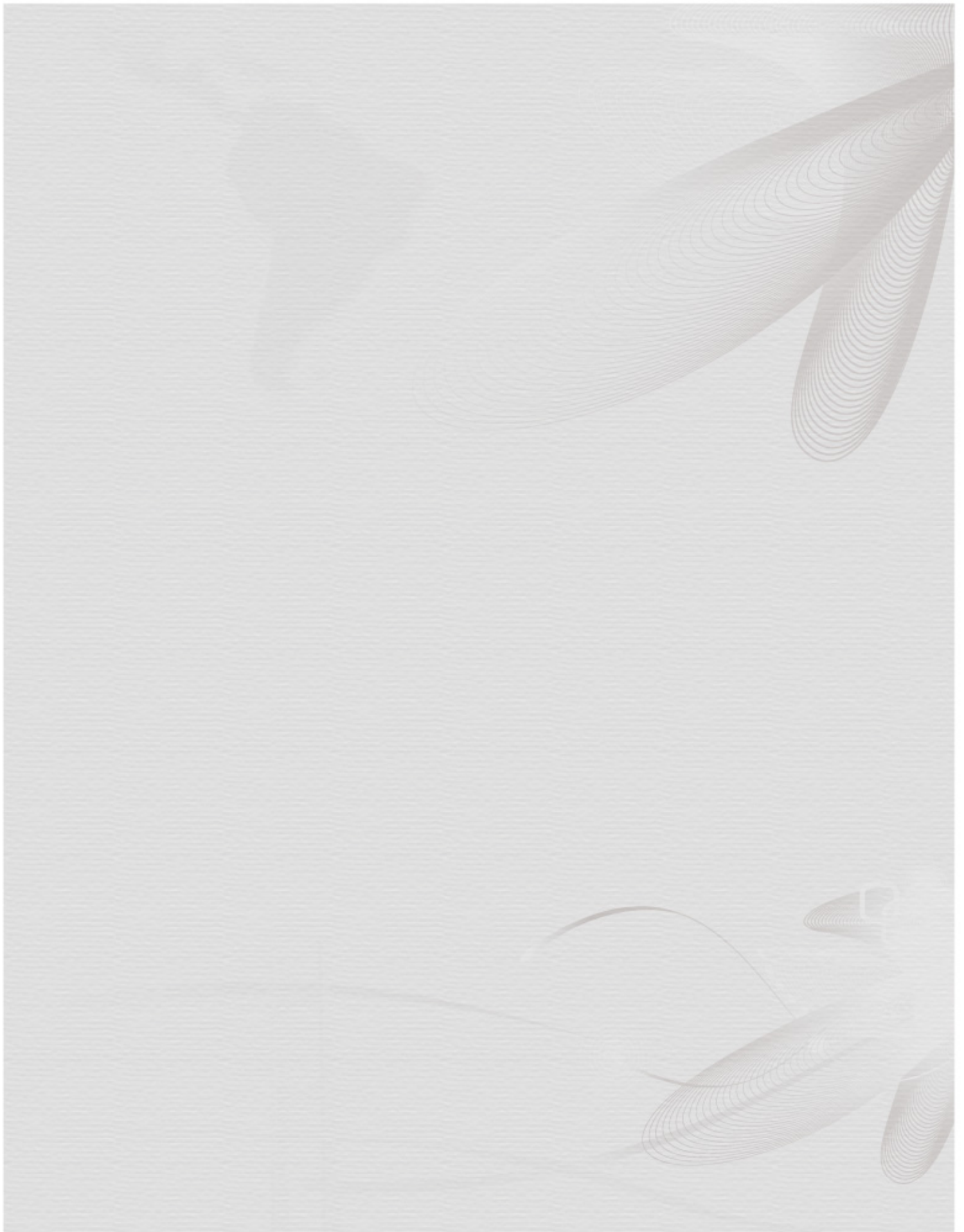






# Blocos de Integração





# 34ª Reunião Regular da Conferência de Chefes de Governo da Caricom e Fórum de Doadores

De 3 a 6 de julho realizou-se em Puerto España, Trinidad e Tobago, a [34ª Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe \(Caricom\)](#). A agenda incluiu temas de destaque na região: a participação no bloco de novos Estados-membros e associados, a situação econômica crítica enfrentada pelo Caribe, o transporte e o andamento da reforma da Caricom. A reunião coincidiu com a comemoração do 40º aniversário da assinatura do [Tratado de Chaguaramas](#), no dia 4 de julho de 1973, pelo qual foram criados a Caricom e o Mercado e Economia Únicos do Caribe (*Caricom Single Market and Economy*, CSME). O aniversário encontra a região em um processo de revisão integral centrado em um Plano Estratégico quinquenal para a Comunidade, o qual analisa os desafios e estabelece áreas prioritárias de ação no período 2014-2018. O Plano foi apresentado na [Reunião entre Sessões da Conferência de Chefes de Governo](#) realizada em Paramaribo, Suriname, nos dias 8 e 9 de março de 2012. Uma orientação para a revisão institucional da [Secretaria Geral](#) do bloco faz parte desta visão estratégica.[1] Foi divulgado um [comunicado conjunto](#).

### Terceiro Fórum de Alto Nível de Coordenação de Doadores

No dia 30 de julho se reuniram em Georgetown, Guiana, os representantes de instituições de desenvolvimento internacional sócias da Caricom. Além de uma discussão sobre os resultados da Reunião Ordinária de Chefes de Governo, foram abordadas as prioridades da [Estratégia Regional de Ajuda para o Comércio da Caricom](#).<sup>[2]</sup>

[1] Ver BID-INTAL. “[Caricom: Diretrizes para reformar a Secretaria](#)”, em: *Carta Mensal Nº 190*, junho de 2012.

[2] Mais informações em BID-INTAL. “[Caricom lança Estratégia de Ajuda ao Comércio](#)”, em: *Carta Mensal Nº 203*, julho de 2013.



## América Central

### Reestruturação e mudanças no sistema de integração centro-americano

No dia 23 de julho a Comissão de Secretarias do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e os representantes do Panamá, país que exerce a Presidência *Pro Tempore* (PPT) do bloco por um período de seis meses, se reuniram para analisar os cinco pilares do processo de integração estabelecidos na Cúpula do Relançamento do Processo da Integração Centro-Americana de julho de 2010. Estes pilares são: fortalecimento institucional, segurança democrática, mudanças climáticas, integração econômica e integração social. O objetivo foi coordenar as prioridades de trabalho da integração regional para o segundo semestre de 2013.[1]

Como resultado da reunião entrou em vigor o [Regulamento para a Adoção de Decisões da Sica](#), por meio do qual foram homologadas as exigências formais para a elaboração e a adoção de todas as decisões e atas, para que se originem da institucionalidade do Sistema. Além disso, foi criada a Secretaria de Segurança Democrática e aberta a sede da Secretaria da Integração Social Centro-Americana (Sisca). Também foi programada a realização no Panamá de encontros de alto nível com o Brasil, Espanha, Rússia, União Europeia e Alemanha; e decidiu-se dar continuidade ao plano de ação de política agrícola e promover a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento turístico sustentável 2014-2018, entre outros temas.

Na área de integração econômica serão promovidas ações regionais para implementar o Acordo de Associação entre a América Central e a União Europeia, será dada continuidade aos trabalhos para a União Alfandegária e serão iniciadas as negociações decorrentes do Protocolo de Incorporação do Panamá ao Sistema de Integração Econômica Centro-Americana.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#); [\[4\]](#)

## Nova Secretária da Sieca

Desde o dia 15 de julho a Secretaria de Integração Econômica Centro-americana (Sieca) é comandada pelo Panamá e representada por Carmen Gisela Vergara. Alguns dias antes, o ex-secretário Ernesto Torres Chico apresentou um [relatório](#) destacando os aspectos mais importantes da sua gestão, de 2011 a 2013.

Mais informações no seguinte [link](#).

[1]Os avanços e as perspectivas de cada um destes pilares estão disponíveis na apresentação realizada pelo secretário-geral da Sica no seguinte [link](#).

# Negociações externas da América Central

## Entra em vigor o TLC Único entre Costa Rica e México

Desde o dia 1º de julho está em vigor para a Costa Rica e o México o Tratado de Livre Comércio (TLC) Único que os países centro-americanos assinaram com o México em 2011. Falta apenas a Guatemala concluir o procedimento, já que [El Salvador](#), [Honduras](#) e [Nicarágua](#) colocaram o tratado em vigência entre setembro de 2012 e janeiro de 2013.

Entre as principais vantagens do novo documento está, em primeiro lugar, a simplificação dos trâmites relativos às normas de origem, o que implica a apresentação de um único certificado de origem para todos os países. Em segundo lugar, será permitida a acumulação regional, ou seja, poderão ser usados materiais originários de qualquer um dos países-membros do Tratado para a produção dos bens finais de exportação.

Cabe destacar que as importações feitas pelo México de produtos dos países centro-americanos representam cerca de 8% do total, o que mostra a relevância desse mercado como origem das compras do istmo. Quanto às exportações, elas respondem por cerca de 3%. Não obstante, a importância é muito menor quando se observa o intercâmbio do ponto de vista mexicano: ambos os fluxos não superam 1% do total do comércio desse país.

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Nicarágua, El Salvador e México implementam TLC único](#)", em: *Carta Mensal N° 193*, setembro de 2012.
- BID-INTAL. "[América Central: os novos TLCs entram em vigor](#)", em: *Carta Mensal N° 197*, janeiro de 2013.

## Honduras, Nicarágua e Panamá começam a aplicar o pilar comercial do Acordo com a União Europeia

No dia 1º de agosto entrou em vigor o pilar comercial do Acordo de Associação América Central – União Europeia (AACUE) para Honduras, Nicarágua e Panamá, países que concluíram os procedimentos jurídicos internos, entre os quais a exigência de registro de indicações geográficas. Os outros dois pilares (diálogo político e cooperação) serão aplicados quando acabarem os procedimentos de ratificação nos 28 estados-membros da UE.[1]

Para a Costa Rica e El Salvador o acordo não entrará em vigor este mês, porque – segundo fontes nacionais destes países -, [2] a postura de oposição da Itália impede a aprovação por unanimidade do Conselho Europeu, o que é necessário de acordo com os procedimentos. A posição da Itália se baseia no fato de que ainda está pendente o cumprimento das indicações geográficas por estes dois países centro-americanos, cujos governos esperam aplicar o AACUE em setembro.

No caso da Guatemala estima-se uma data similar, já pautada, em função de demoras no

cumprimento do mesmo registro.

O AACUE foi assinado em julho de 2012, depois de quatro anos de negociações.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#); [\[4\]](#); [\[5\]](#)

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[América Central assina Acordo de Associação com a União Europeia](#)", em: *Carta Mensal Nº 191*, julho de 2012.

#### Panamá e México iniciam negociações para fazer um TLC

De 30 de julho a 2 de agosto foi realizada na Cidade do Panamá a primeira rodada de negociações entre o Panamá e o México para elaborar um TLC.

Estes dois países têm um Acordo de Alcance Parcial (AAP) vigente desde 1986, de caráter unilateral, já que prevê preferências apenas a favor do Panamá. Em 1996 eles tinham começado a negociar um novo acordo, mas em 2002 as negociações foram suspensas devido a divergências sobre questões fiscais. Este obstáculo foi superado com a assinatura do Convênio para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Sonegação Fiscal de Imposto de Renda em 2011. Ao retomar as negociações, porém, os dois países decidiram recomeçar sem levar em conta o que tinha sido negociado previamente, por considerar que o contexto tanto externo como interno das economias tinha mudado significativamente, e, portanto, o conteúdo do acordo devia se adaptar às novas condições.

Durante esta primeira rodada houve conversas sobre a abrangência do TLC e foram discutidos temas tais como investimentos, serviços e acessos.

A previsão é de que o acordo se conclua em quatro rodadas, e o documento seja assinado no primeiro semestre de 2014. A próxima rodada será de 17 a 20 de setembro de 2013 no México. Este acordo facilitará a entrada do Panamá para a Aliança do Pacífico - bloco no qual hoje tem o status de Membro Observador Candidato -, porque o país cumprirá uma das principais exigências para a adesão: a vigência de um TLC com cada um dos membros atuais. O Panamá tem acordos em vigor com o Chile e o Peru desde 2008 e 2012, respectivamente, e no fim de maio concluiu as negociações com a Colômbia.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#)



### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[América Central olha para o Pacífico](#)", em: *Carta Mensal N° 202*, junho de 2013.

### 2ª Rodada de Negociações para um Acordo de Alcance Parcial entre Belize e El Salvador

As negociações começaram em fevereiro deste ano e têm como objetivo assinar um Acordo de Alcance Parcial (AAP) entre Belize e El Salvador. Além de tarifas, serão consideradas disposições legais e questões sobre cooperação que aprofundem as relações comerciais entre os dois países. Nesta rodada foi concluído o capítulo sobre regras de origem gerais, ficando pendente a negociação das específicas, que serão tratadas em novembro de 2013 em Belize.

Mais informações no seguinte [link](#).

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Novos acordos e negociações externas de países centro-americanos](#)", em: *Carta Mensal N° 200*, abril de 2013.

[1]As disposições sobre comércio competem à União Europeia; por isso, a partir da aprovação por parte do Parlamento e do Conselho Europeu, foi definida a sua entrada em vigor. Outros pilares, no entanto, exigem a ratificação em nível nacional.

[2]Ministério do Comércio Exterior da Costa Rica. "[Atraso en entrada en vigor del AACUE](#)", Comunicado à imprensa, julho de 2013; Ministério da Economia de El Salvador. "[Posición de Italia podría retrasar la entrada en vigor del Acuerdo de Asociación para Costa Rica y El Salvador](#)", Comunicado à imprensa, 24 de julho de 2013.



## Comunidade Andina

### O BID e a interconexão energética andina

A integração física é considerada um dos mecanismos-chave para atingir os objetivos de integração enunciados no Acordo de Cartagena,[1] instrumento jurídico fundacional da Comunidade Andina de Nações (CAN). A integração energética especificamente cumpre um papel muito significativo no desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países da CAN ao promover o uso racional e eficiente dos recursos naturais, otimizar os custos da geração de energia e garantir o seu fornecimento.

Até o momento, os maiores avanços comunitários em termos energéticos foram na área de integração elétrica. Em 2002, a [Decisão 536](#) estabeleceu um âmbito jurídico para a interconexão e o intercâmbio elétrico aplicável para a Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, definindo as regras fundamentais do mercado, o papel dos agentes participantes e a harmonização das normativas nacionais vigentes, entre outros aspectos.

Devido a essa Decisão, em 2003 teve início o intercâmbio de energia entre a Colômbia e o Equador, que na primeira etapa foi muito proveitoso para as duas partes. No entanto, com o tempo começaram a surgir diferenças em relação ao alcance e à aplicação da normativa vigente, especialmente no que diz respeito à distribuição das *rendas de congestão*,[2] e em agosto de 2009 os países pediram à Comissão da CAN a suspensão da Decisão 536 até ser feita uma revisão completa do âmbito jurídico aplicável aos países. Enquanto isso foi aprovado um regime transitório para as transações internacionais de energia entre a Colômbia e o Equador, e entre o Equador e o Peru (Decisões [720](#) e [757](#)) e decidiu-se fazer um novo marco jurídico no fim de 2013.

Com a reformulação de uma nova visão da CAN para o século 21 e a implementação da [Agenda Estratégica Andina](#)[3] de 2010 foi ampliado o espectro das prioridades estabelecidas no campo da integração energética e definidas as seguintes diretrizes:

- Promover a cooperação hidrocarbonífera, de mineração e hidrelétrica no âmbito do respeito e da proteção do meio ambiente.

- Fortalecer o Conselho de Ministros de Energia, Eletricidade, Hidrocarbonetos e Minas da Comunidade Andina e o Comitê Andino de Organismos Normativos e Reguladores de Eletricidade (Canrel).
- Avaliar a importância de promover a mudança da matriz energética.
- Fomentar energias renováveis.
- Facilitar processos de integração energética.
- Avaliar as transações internacionais de energia elétrica e os cenários de abastecimento e planejamento estratégico a longo prazo.
- Fortalecer a definição de ações a executar no que se refere a alternativas de interconexão elétrica.

Na mesma linha integracionista e visando melhorar o comércio de energia elétrica entre os países andinos, em abril de 2011 foi criado o [Sistema de Interconexão Elétrica Andina](#) (Sinea). Os ministros das Relações Exteriores e funcionários do setor elétrico da Colômbia, Chile (como país associado à CAN), Equador, Peru e Bolívia (este último na qualidade de observador)[4] divulgaram a [Declaração de Galápagos](#), que prevê o desenvolvimento de um Corredor Elétrico Andino. Ficou estabelecido que o Conselho de Ministros do Sinea é a instância máxima de decisão desta iniciativa e montados grupos de trabalho de planejamento e regulação. As atividades destes grupos se concentram em dois eixos. Por um lado, a construção de infraestrutura para gerar a interconexão elétrica regional e, por outro, a criação de um âmbito regulatório supranacional que facilite os intercâmbios e as transações de energia elétrica.

O Conselho, reunido novamente em novembro de 2011, assinou a [Declaração de Bogotá](#) e definiu a contratação de uma consultoria para analisar a viabilidade da interconexão elétrica andina, financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BID, por meio da Cooperação Técnica "[Apoio aos Estudos de Interconexão Elétrica Andina](#)", está apoiando o Sinea para atingir três objetivos:

- Estabelecer os princípios e as diretrizes necessários para a harmonização regulatória dos países que participam da iniciativa;
- Identificar e avaliar as possíveis alternativas sustentáveis de interconexão elétrica andina; e
- Analisar as opções de interconexão elétrica andina em termos de custos, cronogramas e exigências socioambientais.

O programa de apoio inclui compromissos, cronograma de atividades e definição de responsabilidades para a criação de um Plano de Integração; estudos de harmonização regulatória e de planejamento regional para a infraestrutura elétrica, assim como tarefas de coordenação da iniciativa regional. A Divisão de Energia do Departamento de Infraestrutura e Meio Ambiente (INE/ENE) do BID é a responsável técnica pelo programa.

Cabe destacar que uma iniciativa similar está sendo desenvolvida na América Central com o projeto Sistema de Interconexão Elétrica de Países da América Central ([Siepac](#)).

Mais informações sobre esta última iniciativa em "[A integração energética da América Central: a todo vapor](#)".

## Bibliografia:

- GARCÍA, D.F.; GUTIÉRREZ, A. 2008. "[Origen de las rentas de congestión bajo el sistema de transacciones internacionales de electricidad-TIE](#)".
- PLAZAS DÍAZ, Fabián A. "[Análisis de la Integración de Bolivia a los Acuerdos de Interconexión Eléctrica de los Países Andinos](#)". 2011

## Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Rodízio da presidência pro tempore da CAN e resultados da PPT do Peru](#)", em: *Carta Mensal N° 168*, agosto de 2010.
- BID-INTAL. "[Projeto Mesoamérica: Interconexões elétricas](#)", em: *Carta Mensal N° 178*, junho de 2011.
- BID-INTAL. "[Países andinos trabalham para avançar na interconexão elétrica regional](#)", em: *Carta Mensal N° 184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. "[BID apoia a interconexão elétrica andina](#)", em: *Carta Mensal N° 194*, outubro de 2012.

[1] Acordo de Cartagena, Capítulo XIII, artículo 104: "*Os países-membros desenvolverão uma ação conjunta para aproveitar melhor o espaço físico e fortalecer a infraestrutura e os serviços necessários para o avanço do processo de integração econômica da sub-região. Esta ação será exercida principalmente nas áreas de energia, transportes e comunicações, e incluirá as medidas necessárias para facilitar o tráfego nas fronteiras entre os países-membros*".

[2] Em um sistema de transmissão elétrica se produz uma congestão quando as linhas chegam ao limite de capacidade de transporte de energia, causando uma geração mais cara do que em condições normais. As rendas de congestão do sistema são excedentes econômicos decorrentes da existência de preços diferentes entre dois pontos que realizam uma transação, quando essa diferença se deve às restrições impostas pela rede de transmissão. Ver García e Gutiérrez (2008).

[3] A Agenda Estratégica Andina de 2010 estabelece os princípios orientadores, programas e projetos prioritários para orientar a gestão da Secretaria da CAN e os organismos do Sistema Andino de Integração do século 21.

[4] A Bolívia participa do Sinea "*ratificando as suas boas intenções de cooperação regional, mas demonstrando ao mesmo tempo suas pequenas possibilidades de interconexão elétrica com os países andinos*", por motivos técnicos, econômicos e inclusive diplomáticos. Ver Plazas Díaz (2011).



## CAN: impulso ao desenvolvimento rural

No dia 27 de junho, a 4ª Reunião do Conselho Andino de Ministros da Agricultura da Comunidade Andina de Nações (CAN) aprovou diretrizes e objetivos estratégicos para o desenvolvimento rural e agropecuário regional.

Na [Declaração](#) os ministros destacaram como prioridades o impulso à segurança alimentar e nutricional da sub-região, a complementaridade produtiva dos países e a promoção de uma produção agrícola limpa. Além disso, decidiu-se solicitar à Comissão a modificação da Decisão 436 para melhorar o acesso à importação direta de pesticidas de uso agrícola pelos produtores e o Comitê Agropecuário Andino foi instruído a propor estratégias para aumentar o intercâmbio comercial intra-andino, diversificar a produção agropecuária e melhorar a produtividade do setor.

## Acordos comerciais de países andinos

No dia 1º de agosto de 2013 entrou em vigor o [Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia](#).

No dia 1º de agosto de 2013 entrou em vigor o [Acordo de alcance parcial entre o Peru e a Venezuela](#).

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Assinado o Acordo Comercial entre UE, Colômbia e Peru](#)", em: *Carta Mensal N° 191*, julho de 2012.
- BID-INTAL. "[Peru e Venezuela fortalecem relação bilateral](#)", em: *Carta Mensal N° 185*, janeiro de 2012.

# Avanços na incorporação da Bolívia ao Mercosul

No último mês houve progressos no processo de adesão da Bolívia ao Mercosul. Primeiro, o Protocolo de Adesão deste país ao bloco, assinado em dezembro de 2012, foi [ratificado](#) pela Assembleia Nacional da Venezuela, que foi o primeiro país integrante do Mercosul a cumprir essa condição para que a Bolívia possa se tornar membro pleno.

Em segundo lugar, a Bolívia assinou um Acordo-Quadro de Cooperação com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) que inclui ações concretas de apoio técnico para a incorporação deste país ao Mercosul.

Em terceiro, iniciaram-se os trabalhos para a adoção da nomenclatura comum do Mercosul (NCM) pela Bolívia, que buscará manter simultaneamente a NCM e a nomenclatura comum da Comunidade Andina (Nandina).

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. ["Ampliação do Mercosul"](#), em: *Carta Mensal INTAL N°196*, dezembro de 2012.
- BID-INTAL. ["MERCOSUL: Progressos na incorporação da Bolívia e em assuntos bilaterais entre sócios"](#), em: *Carta Mensal INTAL N°201*, maio de 2013.
- BID-INTAL. ["Primeira reunião do grupo de trabalho para a adesão da Bolívia ao Mercosul"](#), em: *Carta Mensal INTAL N°202*, junho de 2013.
- BID-INTAL. ["45ª Cúpula do Conselho Mercado Comum"](#), em: *Carta Mensal INTAL N°203*, julho de 2013.

## Integração física entre Brasil e Guiana

Os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana – país que na última Cúpula do Mercosul assinou um acordo para se tornar Estado associado ao bloco – destacaram os avanços relativos à integração física (transporte e energia) e o interesse em desenvolver novos projetos entre os dois países. Foi divulgada uma [declaração](#) na qual se destacaram os progressos da carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Entre eles, encontram-se a inauguração da [ponte sobre o rio Takutu](#) e os estudos sobre a melhora na [rodovia Lethem-Linden](#). Assim que este projeto for implementado, será possível avançar no desenvolvimento do [porto de águas profundas na Guiana](#). É importante ressaltar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exerce um papel relevante na integração física entre esses dois países, por meio da [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana \(IIRSA\)](#), corpo técnico do Cosiplan.

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[45ª Cúpula do Conselho do Mercado Comum](#)", em: *Carta Mensal INTAL N°203*, julho de 2013.



# Avançam as negociações entre Paraguai e México

Em julho tiveram continuidade as negociações entre o Paraguai e o México para estabelecer um Acordo de Complementação Econômica (ACE), cujo objetivo é a assinatura de um tratado de livre comércio (TLC) entre os dois países. Essa [segunda rodada](#) foi realizada nos dias 23 e 24 na Cidade do México e avançou nas discussões sobre acesso a mercados, regras de origem, solução de controvérsias e aspectos institucionais.

As negociações entre os dois países foram feitas no âmbito do [ACE-54](#), assinado em 2002 e vigente desde 2006, que estabelece as bases para a criação de uma zona de livre comércio entre os países do Mercosul e o México. Até agora o Uruguai é o único país do bloco que conta com um TLC com esse país, assinado em 2003 e em vigor desde 2004.

## Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 201*, maio de 2013.



## Empréstimos do BID contribuem para aumentar a competitividade dos países do Mercosul

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou recentemente que concederá empréstimos para melhorar a infraestrutura e aumentar o valor agregado da exportação de alguns países do Mercosul.

Por um lado, o Banco dará um [empréstimo](#) de US\$ 400 milhões ao estado do Ceará, a fim de [melhorar a infraestrutura de estradas e logística](#), favorecer a conectividade entre as regiões produtoras e os mercados de consumo, e os portos e aeroportos regionais.

Embora hoje o Ceará tenha uma participação pequena no comércio exterior brasileiro (em torno de 1% do total em 2012), a relevância comercial do estado deve crescer nos próximos anos, como consequência da expansão do porto do Pecém, a criação de um polo de alta tecnologia, uma siderúrgica, uma refinaria de petróleo e uma zona de processamento de exportação. O Ceará tem uma localização estratégica (em relação ao Canal do Panamá e é um dos pontos de menor distância entre o Brasil e os Estados Unidos e a UE). As melhoras em infraestrutura e logística que permitam reduzir os gargalos existentes poderiam contribuir para tornar o estado um polo de atração de carga das exportações do nordeste brasileiro.

Por outro lado, o BID também contribuirá para aumentar o valor agregado das exportações paraguaias por meio do [fomento à industrialização da soja](#) e à redução das emissões de gases de efeito estufa associadas a esta atividade no país. Para isso, o BID concederá um [empréstimo](#) de até US\$ 92 milhões ao Complexo Agroindustrial Angostura S.A. (Caiasa) para financiar uma nova planta de moagem de soja e instalações conexas.



UNASUL

## Reunião do Conselho Energético da Unasul

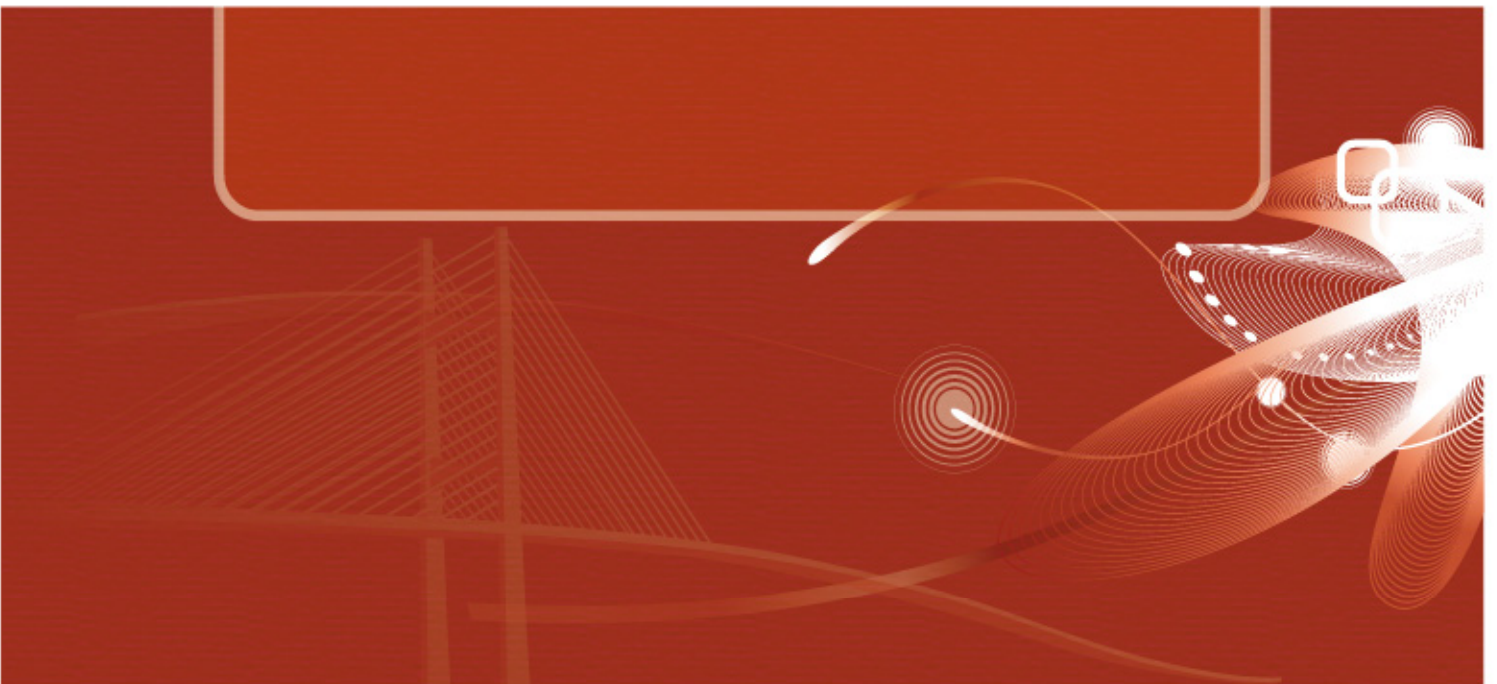
No último dia 16 de julho foi realizada a 15ª Reunião do Grupo de Especialistas em Energia do Conselho Energético da Unasul.

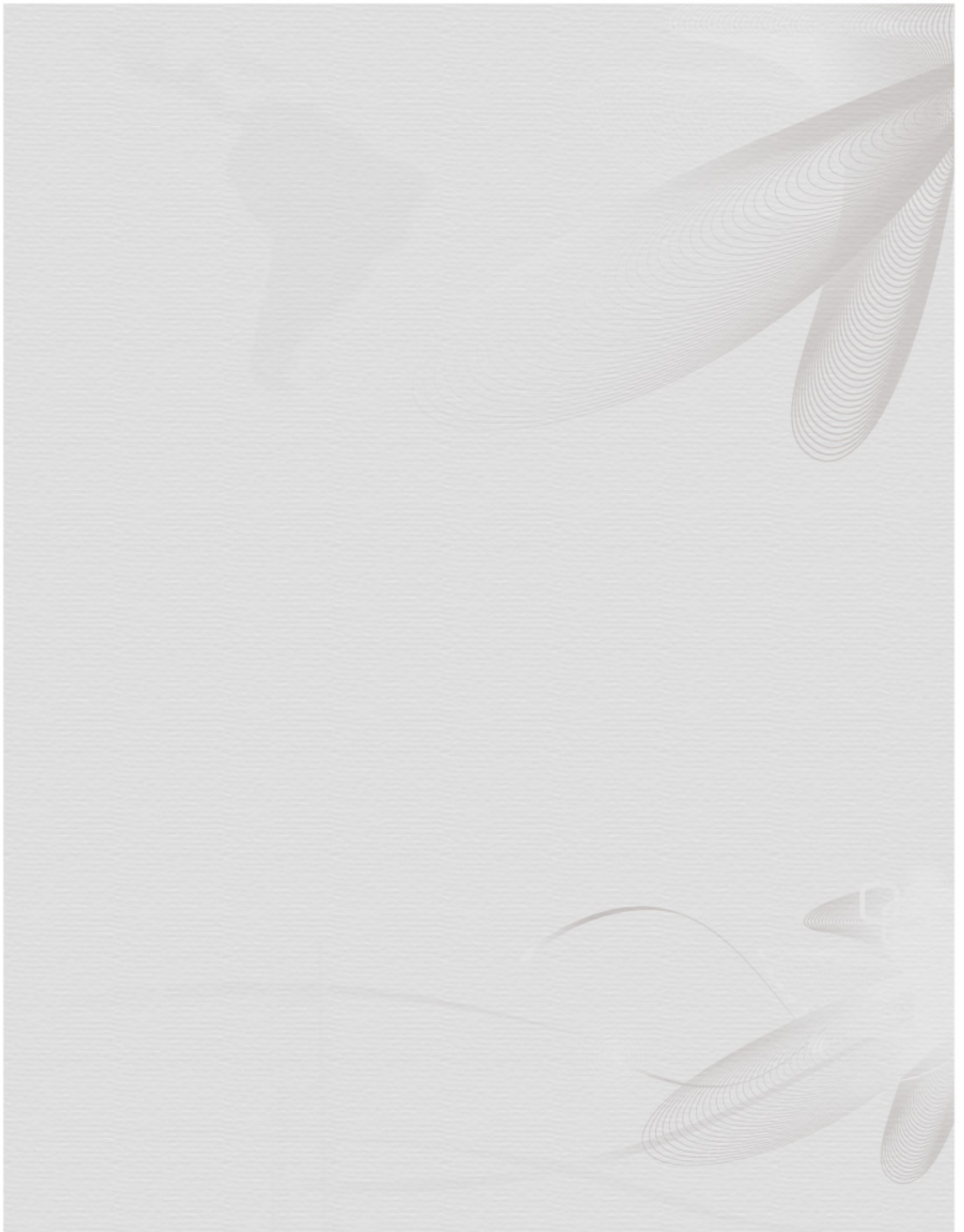
Mais informações disponíveis no seguinte [link](#).





# Panorama Regional e Global





# Preparativos para a conferência de Bali: facilitação do comércio

Como mencionamos na [Carta Mensal Nº 202](#), a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que será realizada em Bali, Indonésia, em dezembro deste ano, girará em torno de três temas centrais: facilitação do comércio, agricultura e tratamento dos países menos adiantados (PMA).

## Antecedentes


Embora a questão da facilitação do comércio tenha sido inicialmente incluída na agenda da OMC em 1996, as negociações formais começaram em 2004 delimitando dois objetivos. O primeiro foi melhorar alguns artigos do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT, sigla em inglês) sobre liberdade de trânsito, direitos e formalidades referentes a importações e exportações e regulamentos comerciais. Além disso, foi proposto aumentar a assistência técnica e promover a cooperação entre autoridades alfandegárias para criar capacidades no âmbito da facilitação do comércio.[1]

A facilitação do comércio implica, além de flexibilizar e otimizar procedimentos alfandegários para reduzir os custos – entre eles o tempo em fronteira -, dar transparência e previsibilidade à sua aplicação. Dentro do enfoque multilateral da OMC, naturalmente as negociações visam criar um marco comum que regule as formalidades alfandegárias para todos os membros em questões como o pagamento de taxas alfandegárias, a gestão do risco, balcões únicos, pagamentos eletrônicos, envios urgentes, operadores autorizados, entre outros aspectos.

## Implicações de um possível acordo

Se houver avanços significativos na facilitação do comércio, isso implicaria maior produtividade das alfândegas, arrecadação de impostos e tarifas na fronteira e atrairia mais investimentos estrangeiros diretos. Destacou-se que uma redução de metade dos custos que geram os obstáculos ao comércio e os procedimentos burocráticos teria um impacto sobre a economia mundial de cerca de US\$1 trilhão (OMC, 2013a). Os custos do comércio na fronteira chegam a US\$ 2 trilhões por ano, o que representa 15% do valor total do comércio global: 5 pontos percentuais (p.p.) correspondem a tarifas tarifárias e os restantes 10 p.p. são custos relativos a procedimentos alfandegários. Um estudo do Fórum Econômico Mundial (2013) prevê que a redução de barreiras não tarifárias (principalmente as relacionadas a questões regulatórias) teria um efeito sobre o produto mundial seis vezes maior do que a eliminação total de **tarifas**.

A facilitação do comércio especificamente teria impacto sobre o desenvolvimento das cadeias globais de valor e sobre a inserção dos países em desenvolvimento (PED) nessas cadeias. No âmbito do [Exame Global da Ajuda para o Comércio](#)[2] os governos destacaram a importância de chegar a um Acordo de Facilitação do Comércio no âmbito da OMC que complemente a assistência financeira dada até o momento neste programa. Em muitas regiões estão sendo implementadas



medidas para facilitar o comércio. Segundo o relatório [Doing Business 2013](#), do Banco Mundial, entre 2006 e 2013 foram implementadas globalmente cerca de 200 reformas que conseguiram reduzir o tempo de exportação de 26 para 22 dias. A América Latina é a segunda região que aplicou mais políticas neste sentido, depois da África (BEDAÑO, 2013).

### **Perspectivas de acordo para Bali**

O esboço do acordo está avançado, mas existem alguns pontos de divergência entre os membros, principalmente com relação à seção 2 do documento, referente às flexibilidades que serão adotadas para os países em desenvolvimento (PED) e para os PMA. Levando-se em conta o nível de compromissos que devem ser assumidos no acordo quanto à adaptação de leis e de procedimentos, assim como à geração de infraestrutura (OMC, 2013b), há propostas que buscam evitar o estabelecimento de datas definitivas de implementação. Neste sentido, os PDs como Estados Unidos alegam que o acordo não seria vinculante se essa proposta for aceita (*Office of the United States Trade Representative*, 2013), enquanto os PEDs consideram que os compromissos implicam altos custos para alguns países. Por outro lado, representantes africanos solicitam a inclusão de provisões relacionadas a assistência técnica e fortalecimento de capacidades em PED e PMA, discutidas pelos PDs.

Outras diferenças surgem em temas como cooperação alfandegária, trânsito, inspeção antes da expedição, agentes alfandegários e direitos de consularização.

Embora a facilitação do comércio seja um dos temas nos quais se espera obter um acordo para a Conferência de Bali, ainda resta trabalhar para acabar com as distâncias entre as posições diferentes. Os compromissos representam uma prova para a continuidade da Rodada Doha em um contexto em que estão proliferando as iniciativas regionais e a relevância das negociações multilaterais está ofuscada.[3]

Cabe registrar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Setor de Integração e Comércio (INT), canaliza esforços de apoio às iniciativas de facilitação de comércio de vários países por meio de [programas operacionais](#) e de [capacitação](#).



## Bibliografia

- BEDAÑO, M. "Making Trade Happen! A Quick Look at the Proposed WTO Trade Facilitation Agreement". Asian International Economist Network, 29 abr. 2013.
- FORO ECONÓMICO MUNDIAL. "Appendix: The Benefits of Trade Facilitation - A Modelling Exercise", em: Enabling Trade: Valuing Growth Opportunities, 2013.
- OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. "[Statement by Ambassador Michael Punke at a Meeting of the World Trade Organization's Trade Negotiations Committee](#)". Genebra, 22 jul. 2013.
- OMC. "[Según Pascal Lamy, un acuerdo de facilitación del comercio puede aportar un billón de dólares EE.UU. a la economía mundial](#)". Noticias, 1º fev.2013a.
- -----. "[Lamy: el camino a Bali se ha despejado notablemente en estos dos meses](#)". Noticias, 22 jul.2013b.

[1]As modalidades para as negociações sobre facilitação do comércio estão no Anexo D da [decisão adotada pelo Conselho Geral de 2004](#) sobre o Programa do Trabalho de Doha (denominado “pacote de julho”), como resposta ao [mandado de Doha de 2001](#).

[2] Ver BID-INTAL. "[Caricom lança Estratégia de Ajuda ao Comércio](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 203*, julho de 2013.

[3] Ver "[¿Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)" nesta *Carta Mensal*.

## Acordos comerciais no âmbito da Aladi

No dia 16 de julho foi assinado na sede da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) o [Acordo Parcial de Complementação Econômica Nº 70](#) entre Bolívia, Cuba, Venezuela e Nicarágua, no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980. Este instrumento faz parte da implementação do Espaço Econômico da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), composto pelos países signatários e pelo Equador, Dominica, São Vicente e Granadinas, Antigua e Barbuda, Suriname e Santa Lúcia. Estes países, após uma negociação, poderão aderir ao acordo.

O [Acordo prevê a adoção de um regime normativo e programático para a vinculação econômica e comercial](#) entre os países signatários, baseado fundamentalmente em três áreas de ação: o estímulo ao crescimento do comércio, a complementação produtiva e a cooperação.

Depois, no dia 30 de julho, foi realizada em Guayaquil, Equador, a 12ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos países da Alba. Na [Declaração](#) do encontro foi proposta a constituição de uma comissão de técnicos de alto nível que estruturará uma Zona Econômica Complementar entre os países da Alba, do Mercosul e da Petrocaribe.

No âmbito do processo de adesão da Nicarágua à Aladi, no dia 10 de julho de 2013, [foram concluídas as negociações](#) para a abertura de mercados entre o país e o Brasil, Bolívia, Cuba, Panamá, Uruguai e Venezuela. A Nicarágua está entre os países considerados de menor desenvolvimento econômico relativo (PMDER), assim como a Bolívia, Equador e Paraguai, por isso contará com preferências tarifárias não recíprocas.

Mais informações sobre os aspectos jurídicos da evolução institucional da Alba e outros acordos regionais estão disponíveis em [Instrumentos Jurídicos de Integração](#), no INTrade BID.

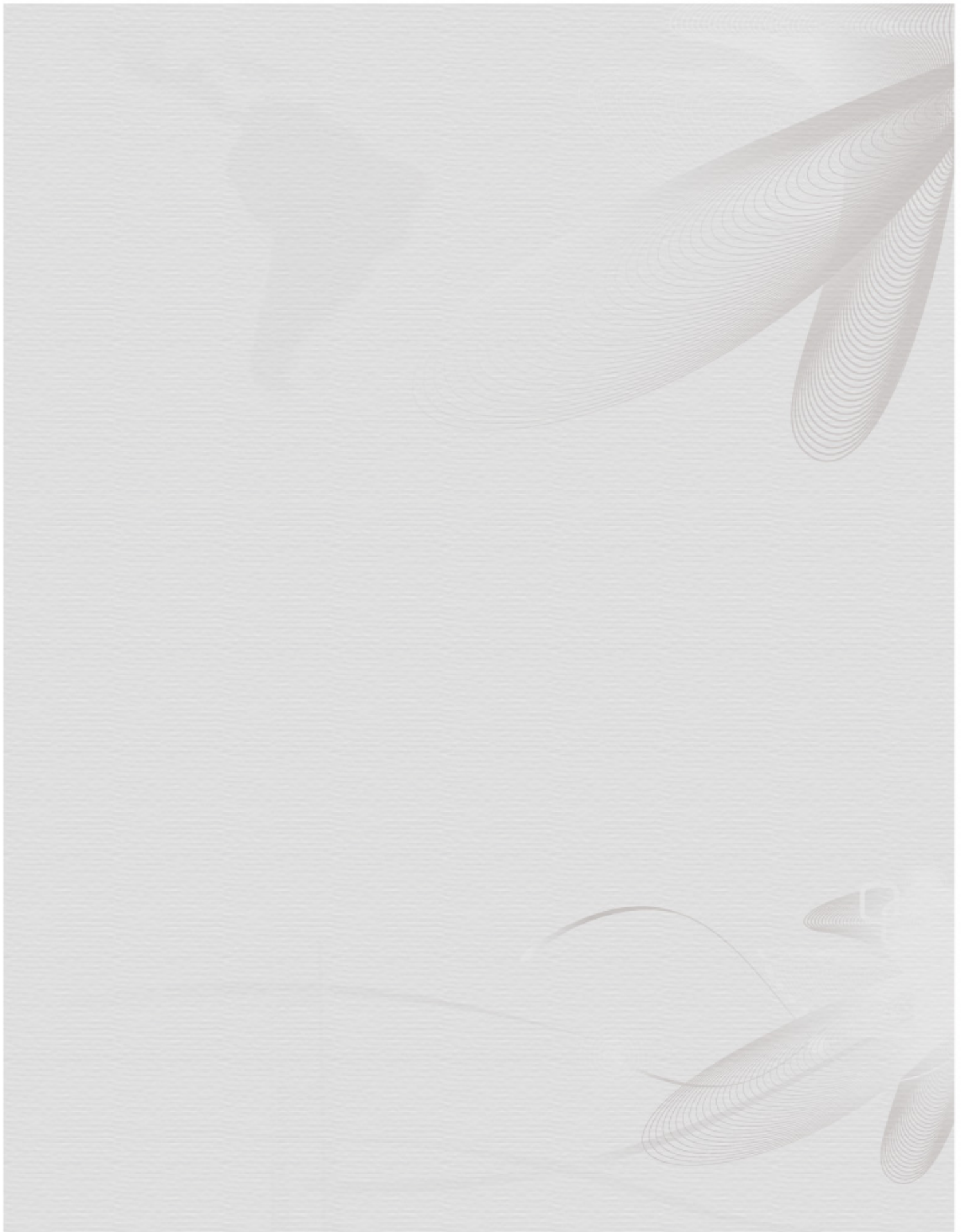
### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Os 30 anos da Associação Latino-Americana de Integração](#)”, em: *Carta Mensal N° 168*, agosto de 2010.
- BID-INTAL. “[Nicarágua entra para a Aladi](#)”, em: *Carta Mensal N° 188*, abril de 2012.
- BID-INTAL. “[Preferências Tarifárias Regionais de Panamá com a Bolívia e o México](#)”, em: *Carta Mensal N° 193*, setembro de 2012.
- BID-INTAL. “[12a Cúpula da Petrocaribe](#)”, em: *Carta Mensal N° 201*, maio de 2013.

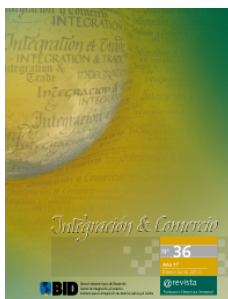


# Setor de Integração e Comércio





## Revista Integración & Comercio N° 36 (Enero-Junio 2013)



### Revista Integración & Comercio N° 36 (Enero-Junio 2013)

#### La Cooperación Sur-Sur y Triangular en América Latina y el Caribe

“...la Cooperación Sur-Sur es muy tangible y más compleja de lo que parece, y más que sólo “ruido y pocas nueces”; refleja nuevos mecanismos, nuevas maneras de pensar y un constante realineamiento económico.” (Introducción. Shearer y Tres, 2013)

#### Contribuciones:

- El rol de las instituciones en la provisión de bienes públicos y sus implicaciones para el desarrollo sustentable
- CSS y su importante contribución al diálogo internacional
- La importancia y las implicaciones cada vez mayores de la CSS entre ALC y China, Japón y Corea
- El papel que desempeñan las organizaciones de la sociedad civil en la definición, implementación y evaluación de las intervenciones de CSS en la región
- Comparaciones entre los proveedores de CSS y los donantes tradicionales, incluido el mayor énfasis en el sector privado
- Casos de estudio

O número completo da *Revista Integración & Comercio N° 36*, está disponível no seguinte [link](#). (Também em [inglês](#)).

## Convocatoria para el envío de artículos para la Revista Integración & Comercio 37

*Revista Integración & Comercio* convoca a la presentación de trabajos que examinen los patrones y los determinantes de la Internacionalización de Pequeñas y Medianas Empresas (PYMES) en América Latina y el Caribe (ALC).

Serán consideradas tanto contribuciones teóricas como empíricas, pero en todos los casos la prioridad será dada a aquellos trabajos que respondan a preguntas de política relevantes ([enlace](#)), incluyendo estudios de casos llevados a cabo por organizaciones nacionales o internacionales, en particular. La presentación de trabajos que contraste casos exitosos y fallidos, comparando países en la región será especialmente valorada. Se espera poder extraer de estos documentos importantes lecciones para los países de América Latina y el Caribe.

La fecha de cierre para la presentación de trabajos es el **15 de octubre de 2013**.

Los trabajos se enviarán a: [intintajournal@iadb.org](mailto:intintajournal@iadb.org)

Los trabajos seleccionados por el Comité Editorial se publicarán en el Número 37 de la *Revista Integración & Comercio* en el mes de **diciembre de 2013**.

[Click aquí](#) para Pautas de la Convocatoria.



## LAC Flavors 2013: Rueda de Negocios

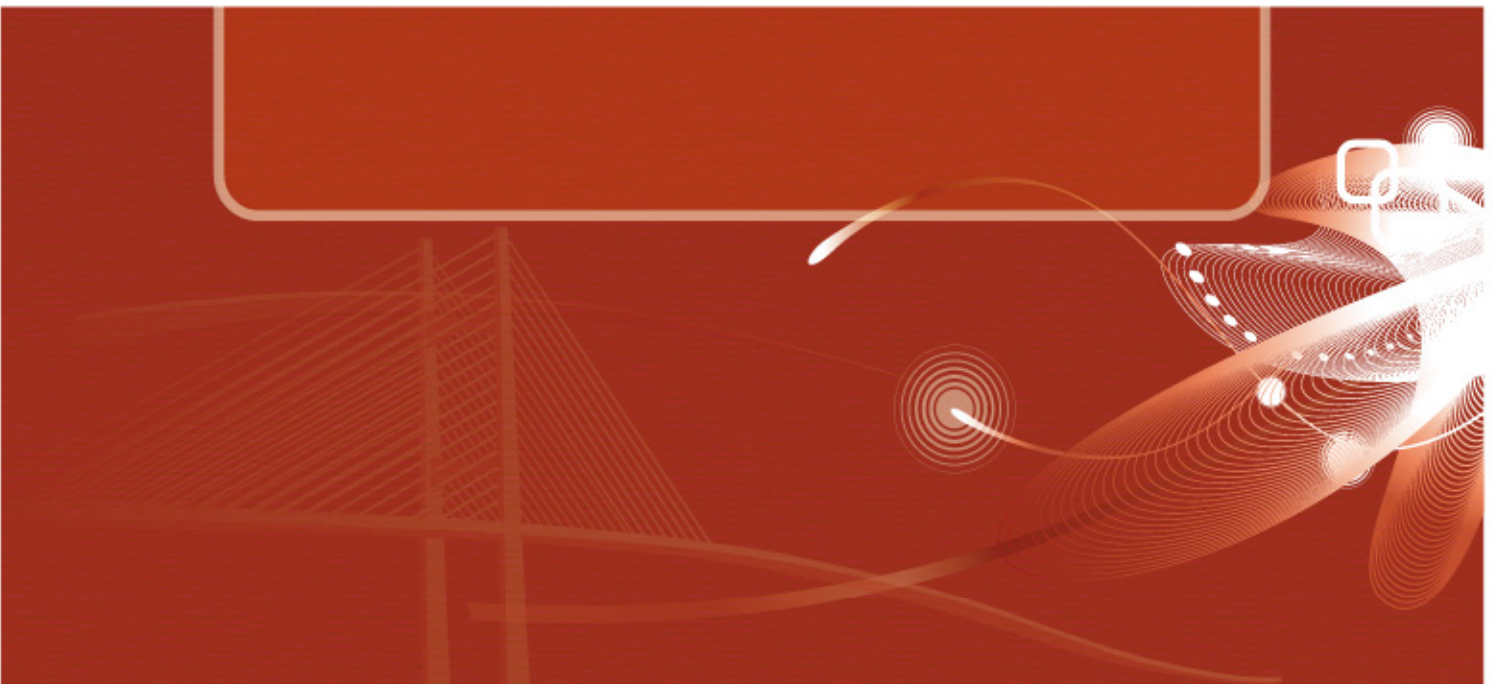
LAC Flavors 2013: Rueda de Negocios, que se celebrará en Granada, Nicaragua, el 25-26 de julio de 2013, es organizada por el Agencia Oficial de Promoción de Inversiones y Exportaciones (PRONicaragua), el Consejo Superior de la Empresa Privada (COSEP) de Nicaragua y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) vía la Unidad de Comercio e Inversión (TIU) del Sector de Integración y Comercio (INT) y el Departamento de Países de América Central (CID) México, Panamá y República Dominicana, a través de su Proyecto Mesoamérica ([link](#)).

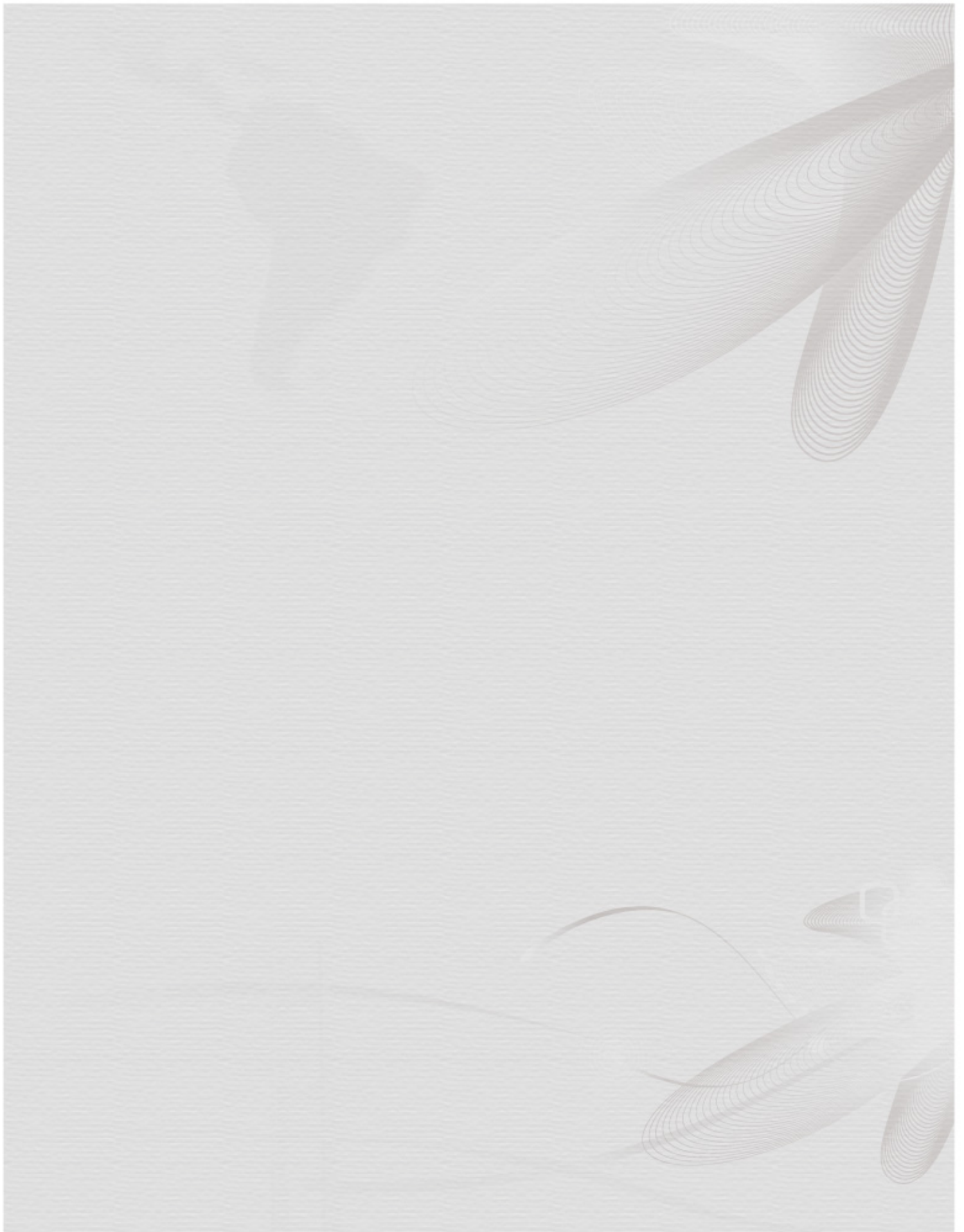






# Outras Atividades do BID







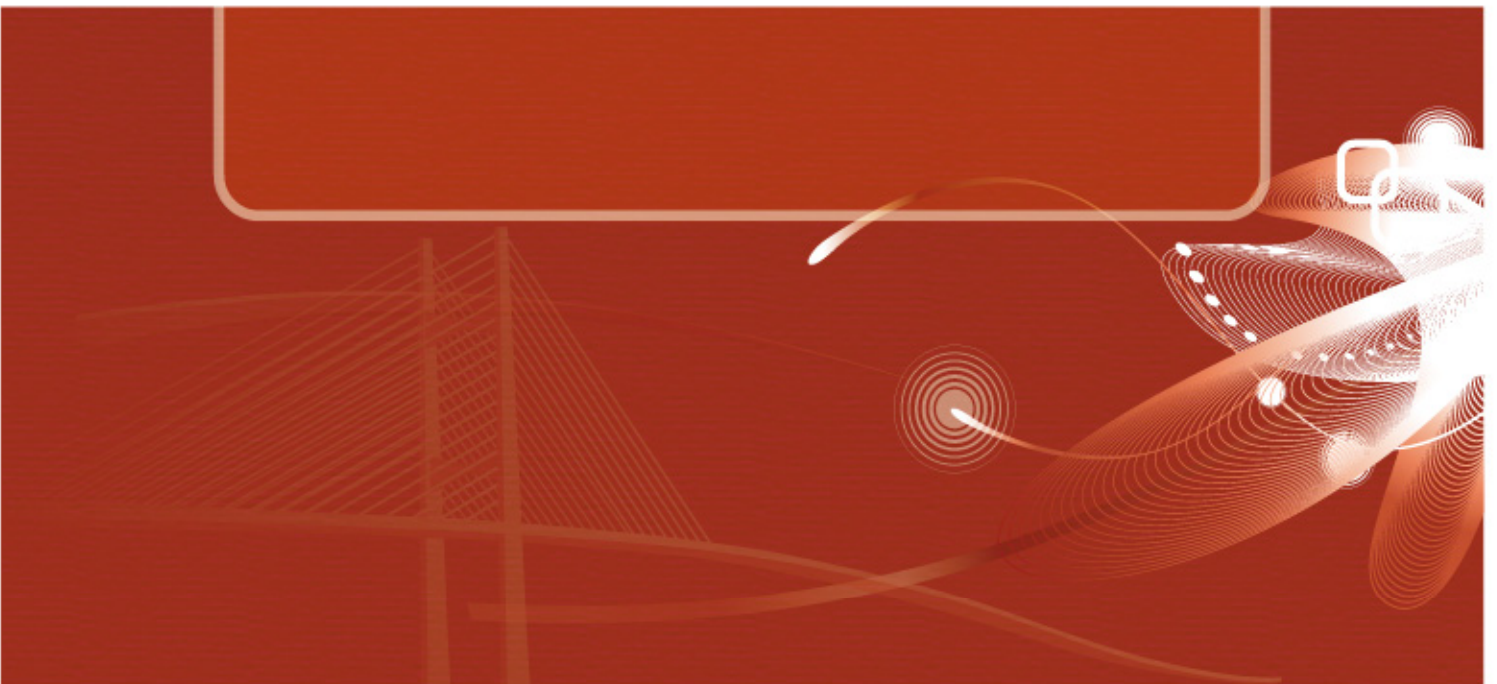
## BID anunció nuevos compromisos con la seguridad vial

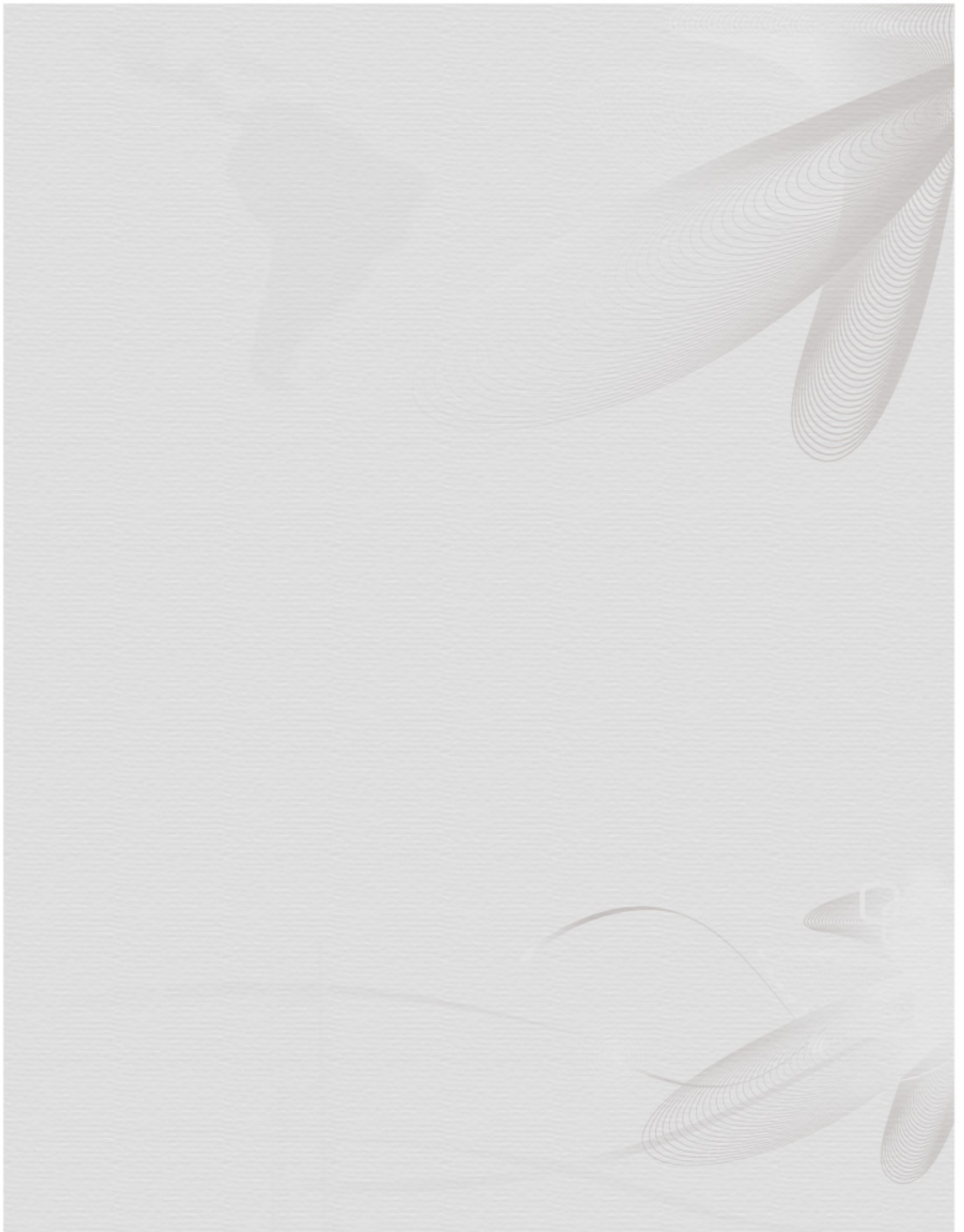
El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Luis Alberto Moreno, renovó los compromisos de la institución con la seguridad vial y anunció que en todo proyecto de transporte financiado por el Banco se le dará tratamiento prioritario. Como parte de los nuevos compromisos, anunció igualmente la extensión por otros dos años del apoyo financiero del BID a Latin NCAP ([link](#)).





# Centro de Documentação INTAL







## Reseñas Bibliográficas

**BONILLA, Adrián.; ORTIZ, María Salvadora (Coords.). De Madrid a Santiago: Retos y oportunidades. Balances y perspectivas de las relaciones entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe. San José de Costa Rica: Flacso, 2012.**

Esta publicação compila várias palestras realizadas por diplomatas e acadêmicos latino-americanos e europeus no âmbito de um seminário realizado na Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), em meados de 2012. A atividade enfocou as perspectivas e os desafios das relações euro-latino-americanas em função da 7ª Cúpula Birregional América Latina e Caribe-União Europeia (ALC-UE) e da 1ª Cúpula Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac)-UE, realizadas em Santiago, Chile, em janeiro de 2013.

O trabalho ressalta que a UE é o maior investidor, a maior fonte de recursos e o segundo parceiro comercial da ALC, embora a tendência no âmbito comercial e de investimentos seja decrescente, principalmente devido ao maior papel da Ásia na região.

O livro tem prólogo e epílogo de **Enrique V. Iglesias**, secretário-geral da Segib e ex-presidente do BID, que contribui organizando as ideias e incorporando reflexões de um modo prospectivo. O secretário-geral ibero-americano destaca que as relações entre as duas regiões são antigas, profundas, ricas e complexas. Apesar de destacar os avanços recentes no crescimento e manejo macroeconômico da América Latina, ele também chama a atenção para a existência de grandes déficits em infraestrutura, para a tendência de “reprimarização” das economias, para a vulnerabilidade do ciclo econômico e para a persistência da desigualdade social. Por outro lado, mostra que, mesmo em crise, a Europa continua sendo uma potência de primeira grandeza graças ao tamanho do seu mercado, sua capacidade produtiva e de investimento, à riqueza do seu capital humano e à sua solidez institucional. Iglesias é otimista quanto aos avanços das relações birregionais baseadas no diálogo político, na cooperação e na integração e no desenvolvimento. Os desafios consistem, por um lado, em melhorar as formas de cooperação entre as duas regiões, e, por outro, em que a América Latina assuma uma responsabilidade maior para influir na reconfiguração de um novo mundo onde se sentem dificuldades crescentes.

A introdução, de **Adrián Bonilla**, oferece uma descrição histórica das cúpulas UE-ALC desde o seu início, em 1999, até a atualidade, ressaltando a vigência deste mecanismo como espaço de institucionalização das relações birregionais.

A primeira seção reúne várias opiniões sobre o cenário internacional em que as Cúpulas se desenvolveram. **Iñigo Méndez de Vigo** (secretário de Estado para a União Europeia) relata que, no contexto da crise econômico-financeira da UE, o principal risco é que o bloco tenda a fechar-se em si mesmo. **Ricardo Lagos** (ex-presidente do Chile) enumera seis temas fundamentais na agenda birregional: segurança, comércio, arquitetura financeira internacional, migrações, “paradigma verde” - relacionado às mudanças climáticas e às fontes de energia renováveis -, e narcotráfico e luta contra as drogas. **Julio María Sanguinetti** (ex-presidente do Uruguai) destaca o estancamento do Mercosul e as divisões no interior da Unasul como aspectos negativos, destacando a necessidade de um trabalho conjunto entre o México e o Brasil para promover a agenda birregional. **Edwin W. Carrington** (secretário-geral da Caricom) ressalta os interesses do Caribe na relação com a UE, mostrando que às vezes há divergências quanto à América Latina.


A segunda seção se aprofunda no mecanismo das cúpulas birregionais e na sua evolução até a Cúpula de Santiago. **Félix Peña** (presidente da Fundação Standard Bank) analisa os benefícios que a conclusão de um acordo Mercosul-UE teria, embora sublinhe a existência de vários obstáculos para alcançá-lo: a questão agrícola, certa deterioração de ambos processos de integração e a dificuldade dos líderes políticos para avançar em um acordo com certos custos a curto prazo.

**Rafael Ripoll Navarro** (secretário autônomo de Relações com o Estado e a União Europeia, do Governo de Valencia) descreve as relações ALC-UE na última década, baseadas na “diplomacia de Cúpulas” e os avanços na cooperação birregional como a Eurolat (a instituição parlamentar da associação birregional) e a Eurosocia (para a promoção da coesão social). **Rodrigo Gaete** (diretor-geral adjunto para Assuntos Bilaterais do Ministério de Relações Exteriores do Chile) destaca a criação da Celac como âmbito de consenso entre países de visões variadas com um plano de ação impulsionado e aprofundado por suas sucessivas presidências *pro tempore*.

A terceira seção analisa aspectos específicos da relação Celac-UE. **Alicia Bárcena** (secretária executiva da Cepal) analisa os vários canais de propagação da crise internacional sobre a ALC (especialmente por meio do canal real: uma menor demanda externa que se traduziu em uma menor atividade econômica interna) e sobre a UE (especialmente por meio do canal financeiro), as políticas implementadas em ambas as regiões, e os principais desafios a partir da conjuntura atual.

A quarta seção analisa os balanços dos sucessos na relação ALC-UE. **José Antonio Sanahuja** (professor titular de Relações Internacionais da Universidade Complutense de Madri) analisa a mudança de ciclo da integração latino-americana desde meados da década de 2000, que está levando ao que ele denomina “regionalismo pós-liberal”, por meio da formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Celac, entidades que podem gerar consensos regionais nas áreas de infraestrutura, energia e finanças, entre outras. **Gunther Maihold** (diretor adjunto do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança) assinala a divergência entre a “inflação” das agendas birregionais (com amplas declarações e programas fracos na sua execução) e a sua difícil implementação devido às dinâmicas próprias da diplomacia presidencial e das cúpulas. Neste sentido, propõe deixar de lado as grandes agendas e focalizar nas áreas em que é possível produzir resultados.





A quinta seção examina as principais oportunidades e os principais desafios. **Tomás Duplá del Moral** (diretor para as Américas do Serviço Europeu para a Ação Exterior, UE) ressalta a assimetria da relação entre a UE e a ALC e a dificuldade de se referir à ALC como um todo, não sendo esta uma região homogênea. Ele sustenta também que se alcançaram diferentes graus de convergência em assuntos como democracia, direitos humanos e em algumas noções macroeconômicas, mas que a convergência social é difícil devido aos vários pontos de partida, principalmente no que se refere à educação.

A sexta seção reúne diversas contribuições da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) sobre o tema, com destaque para as principais contribuições da Diplomacia das Cúpulas, como a intensificação da comunicação política e a confiança no mais alto nível.

A publicação compila as opiniões de vários especialistas sobre a associação estratégica birregional, com uma qualidade heterogênea entre as diversas apresentações. Algumas palestras oferecem uma visão atual de vários aspectos da relação birregional, com contribuições significativas, ao mesmo tempo que propõem ideias para que as Cúpulas permitam avanços concretos além das declarações apresentadas.



## Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

## ► Bibliografía Destacada del Mes

**\*Emprendimientos en América Latina : desde la subsistencia hacia la transformación productiva. (2013). Bogotá: CAF**



**Emprendimientos en América Latina : desde la subsistencia hacia la transformación productiva. (2013). Bogotá: CAF**

**Título:** Emprendimientos en América Latina : desde la subsistencia hacia la transformación productiva

**Otros responsables:** Corporación Andina de Fomento, CAF

**Edición:** Bogotá: CAF, Junio de 2013 [270 p.]

**Serie:** Reporte de Economía y Desarrollo

**Temas:** <FINANZAS><POLITICA FINANCIERA><FINANCIAMIENTO DEL DESARROLLO><PRODUCTIVIDAD><MICROEMPRESAS, MIPYMES><DESARROLLO ECONOMICO>

**Geográficos:** <AMERICA LATINA>

**Resumen:** Esta nueva entrega del Reporte de Economía y Desarrollo (RED) enfatiza el rol del emprendimiento, esto es, la creación de empresas que generen aumentos sostenidos del empleo y de la productividad, como un factor central en el desarrollo de América Latina. En este contexto, un contraste importante entre América Latina y las naciones más desarrolladas es el hecho de que, de un lado, existe en la región un número muy significativo de empresas pequeñas y microemprendimientos informales y, de otro lado, las empresas formales que se crean tienen una débil dinámica de crecimiento...

## **Nota de contenido:**

### **Capítulo 1:** El emprendimiento como motor del desarrollo

- Emprendimiento y desarrollo: América Latina en el contexto global
- Cómo definir a un buen emprendedor? Atributos del talento empresarial
- Marco conceptual: talento empresarial, capacidades laborales y la decisión de emprender
- Quiénes son los emprendedores en América Latina?
- El panorama ocupacional en América Latina: la decisión de emprender y el tamaño de los emprendimientos
- Quiénes son los emprendedores en la región y cómo es su desempeño?
- La dinámica ocupacional de los emprendedores: resulta fácil entrar pero difícil salir

### **Capítulo 3:** Microempresas: fuente de crecimiento o refugio del desempleo?


- Características de las microempresas: autoempleo y pequeña escala en América Latina
- Cuántos microempresarios de la región son emprendedores de subsistencia y cuántos tienen potencial para crecer?
- Por qué ser microempresario en lugar de empresario o trabajador asalariado?

### **Capítulo 4:** Transformación productiva y empresas de calidad

- El emprendedor, la empresa creadora de valor y el desarrollo económico
- Talento empresarial y otros determinantes internos de la creación y evolución de las unidades productivas
- La importancia de los factores del individuo: rasgos psicológicos, experiencia, motivaciones y percepciones
- Un ambiente desfavorable para emprendimientos de calidad ¿Vale la pena crecer en América Latina?

### **Capítulo 5:** Políticas para el emprendimiento, el empleo y la productividad

- Un sistema de apoyo al emprendimiento y la productividad
- Emprendimiento y talento emprendedor
- Innovación
- Capacidades laborales y empleabilidad
- Financiamiento
- El entorno para el emprendimiento
- Un mapa de políticas de América Latina

- 
- Impacto y eficiencia en el apoyo al emprendimiento
  - Programas para microempresas
  - Programas para emprendimientos dinámicos y empresas existentes
  - Innovación
  - Talento empresarial
  - Financiamiento

### **Referencias bibliográficas**

#### **Accesos al documento: eHM CAF-RED [2013]**

Documento Electrónico [texto completo](#).

Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

## \*World Investment Report 2013 : Global Value Chains : Investment and Trade for Development. (2013). New York: UNCTAD



### World Investment Report 2013 : Global Value Chains : Investment and Trade for Development. (2013). New York: UNCTAD

**Título:** World Investment Report 2013 : Global Value Chains : Investment and Trade for Development

**Otros responsables:** Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo, UNCTAD


**Edición:** New York: UNCTAD, 2013 [264 p.]

**ISBN:** 978-92-1-056212-6

**Serie:** World Investment Report

**Temas:** <CADENAS DE VALOR><INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED><INVERSIONES><DESARROLLO ECONOMICO><COMERCIO INTERNACIONAL>

**Resumen:** The 2013 World Investment Report comes at an important moment. The international community is making a final push to achieve the Millennium Development Goals by the target date of 2015. At the same time, the United Nations is working to forge a vision for the post-2015 development agenda. Credible and objective information on foreign direct investment (FDI) can contribute to success in these twin endeavours. Global FDI declined in 2012, mainly due to continued macroeconomic fragility and policy uncertainty for investors, and it is forecast to rise only moderately over the next two years. Yet as this report reveals, the global picture masks a number of major dynamic developments. In 2012 — for the first time ever — developing economies absorbed more FDI than developed countries, with four developing economies ranked among the five largest recipients in the world. Developing countries also generated almost one third of global FDI outflows, continuing an upward trend that looks set to continue. This year's World Investment Report provides an in-depth analysis, strategic development options and practical advice for policymakers and others on how to maximize the benefits and minimize



the risks associated with global value chains. This is essential to ensure more inclusive growth and sustainable development.

**Nota de contenido:**

**Chapter I:** Global Investment Trends [p. 1]

**Chapter II:** Regional Trends in FDI [p. 37]

**Chapter III:** Recent Policy Developments [p. 91]

**Chapter IV:** Global Value Chains: Investment and Trade for Development [p. 121]

**Accesos al documento:** eHM UNCTAD-WORLD.INVEST.REP. [2013]

Documento Electrónico [texto completo](#).

Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

## \*Strengthening biregional cooperation between Latin America and Asia-Pacific : The role of FEALAC. (2013). Santiago de Chile: CEPAL



**Strengthening biregional cooperation between Latin America and Asia-Pacific : The role of FEALAC. (2013). Santiago de Chile: CEPAL**

**Título:** Strengthening biregional cooperation between Latin America and Asia-Pacific : The role of FEALAC

**Edición:** Santiago de Chile: CEPAL, June 2013 [76 p.]

**Temas:** <INTEGRACION REGIONAL><COOPERACION PARA EL DESARROLLO><COOPERACION REGIONAL><RELACIONES BILATERALES><COMERCIO BILATERAL><INVERSIONES>

**Geográficos:** <AMERICA LATINA><ASIA DEL ESTE>

**Resumen:** The increasing prominence of developing countries in the world economy reflects not only their economic dynamism but also stronger links through increased South-South trade, investment and cooperation. Developing countries in both Latin America and East Asia must act proactively to prepare themselves for this new scenario, adjusting their policies and strategies so as to take advantage of the growing potential of South-South links. In this regard, authorities from both regions should redouble their efforts to identify and capitalize upon their potential complementarities, by creating biregional business alliances, enhancing cooperation in innovation and human capital, improving the quality of trade and investment flows, and helping create more stable conditions for growth. In sum, events surrounding the global economy in recent years require developing countries in both regions to rethink their strategic alliances both globally and regionally. These sustained efforts on either side should be complemented by biregional cooperation on different fronts. There is a wealth of potential for mutually advantageous cooperation between East Asia and Latin America, on issues such as food and energy security, sustainable development (including green growth and climate change), infrastructure, science and technology, and trade facilitation. The Forum for East Asia-Latin America Cooperation (FEALAC) can and must play a leading role as a focal point for structuring a biregional cooperation agenda.



**Nota de contenido:**

**Foreword** [p. 7]

**I:** The Forum for East Asia-Latin America Cooperation (FEALAC) in the world economy [p. 11]

**II:** Trade and investment links between Latin America and Asia-Pacific: opportunities and challenges [p. 27]

**III:** FEALAC as a mechanism for biregional cooperation in areas of systemic competitiveness [p. 47]

**IV. Conclusions and recommendations** [p. 69]

**Accesos al documento:** E 332.135 / CEPAL-STR / 2013

Documento Electrónico [texto completo](#).

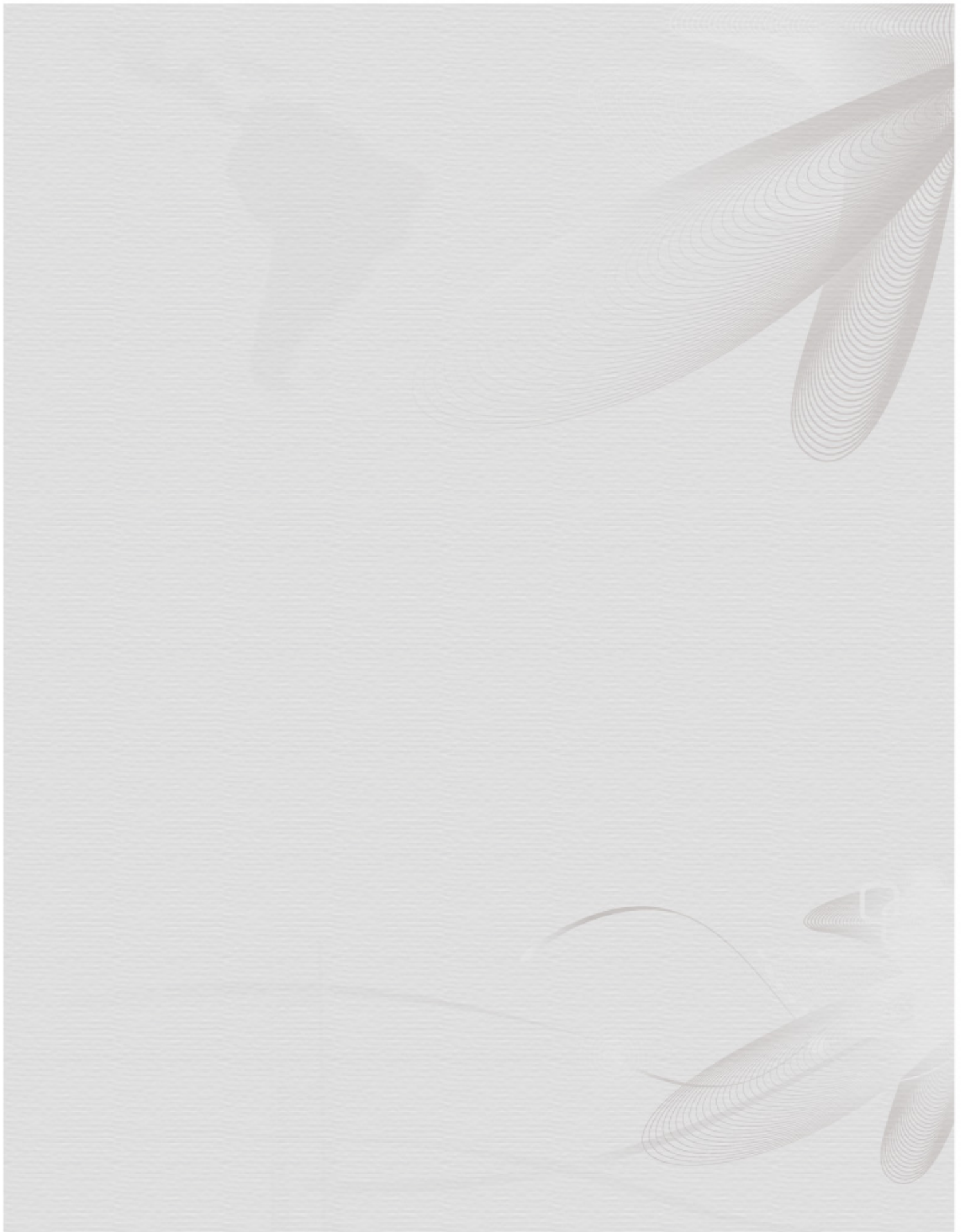
Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





# Redação





*Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.*

**Conselho Diretor:**

*Antoni Estevadeordal  
Graciela Schamis*

**Coordenação:**

*Alejandro Ramos Martínez*

**Assessoria técnica:**

*Rosario Campos  
Romina Gayá  
Gala Gómez Minujín  
Kathia Michalczewsky  
Carolina Osorio Duque  
Pablo Palumbo  
Verónica Toscani*

**Assistência compilação material:**

*Andrea Benítez  
Enzo Di Muro  
Eugenia Piasentini*

**Edição:**

*Susana Filippa  
Pablo Palumbo  
Julieta Tarquini*

**Edição Web:**

*Federico Mazzella  
Pedro Grondona*

*R.P.I.: 5095066  
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

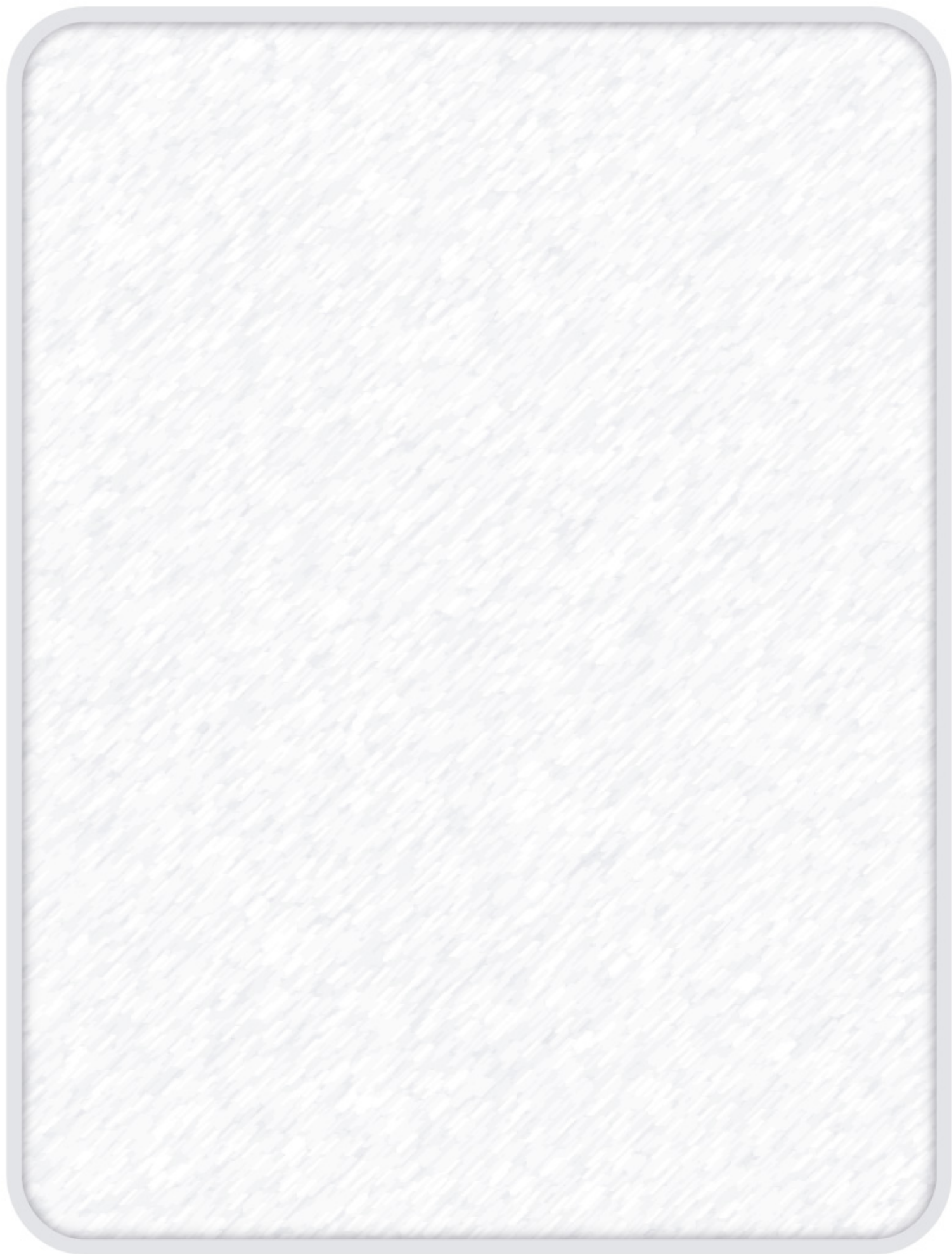
Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

#### Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Sistema de Interconexión Eléctrica Andina, SINEA. (2012). Declaración de Santiago. Santiago de Chile: SINEA. [Link](#).
- Comunidad Andina. (22 de agosto de 2011). Decisión 757 Sobre la Vigencia de la Decisión 536 “Marco General para la Interconexión Subregional de Sistemas Eléctricos e Intercambio Intracomunitario de Electricidad”. Lima : CAN. [Link](#).
- Comunidad Andina. (19 de diciembre de 2002). Decisión 720 Sobre la vigencia de la Decisión 536 “Marco General para la interconexión subregional de sistemas eléctricos e intercambio intracomunitario de electricidad”. Lima : CAN. [Link](#).
- Comunidad Andina. (4 de noviembre de 2009). Decisión 536 “Marco general para la interconexión subregional de sistemas eléctricos e intercambio intracomunitario de electricidad”. Lima : CAN. [Link](#).
- Alternativa Bolivariana para las Américas, ALBA. (30 de julio de 2013). Declaración del ALBA desde el Pacífico. Guayaquil : ALBA. [Link](#).
- Sistema de la Integración Centroamericana. (24 de junio de 2013). Reglamento para la adopción de decisiones del SICA. Ciudad Merliot : SICA. [Link](#).
- Sistema de la Integración Centroamericana. Secretaría General. (17 de Julio de 2013). Perspectivas y retos futuros de la integración Regional Centroamericana. El Salvador : SICA. [Link](#).
- Secretaría de Integración Económica Centroamericana. (2 de julio de 2013). Informe de Gestión al COMIECO 2011-2013. Guatemala : SIECA. [Link](#).

- Caribbean Community. (2000). Revised Treaty of Chaguaramas establishing the Caribbean Community including the CARICOM Single Market and Economy. Georgetown : CARICOM. [Link](#).
- Caribbean Community. (july 6th, 2013). Communiqué issued at the conclusion of the Thirty-fourth Regular Meeting of the Conference of Heads of Government of the Caribbean Community. Georgetown : CARICOM. [Link](#).
- Caribbean Community. (july 4-6, 2013). 34° Regular Meeting of the Conference of Heads of Government of the Caribbean Community. Port of Spain : CARICOM. [Link](#).
- Caribbean Community. (july 1989). Grand Anse Declaration and Work Programme for the Advancement of the Integration Movement. CARICOM : Grand Anse. [Link](#).
- Caribbean Community . (march 9, 2012). Communiqué Issued at the Conclusion of the 33° Inter-Sessional Meeting of the Conference of Heads of Government of the Caribbean Community (CARICOM). Paramaribo : CARICOM. [Link](#).
- Banco Mundial, BM. (2012). Doing Business 2013 : Regulaciones inteligentes para las pequeñas y medianas empresas. Washington: World Bank. [Link](#).
- Comunidad Andina. (5 de febrero del 2010). Principios orientadores y agenda estratégica andina. Lima : CAN. [Link](#).
- García Gómez, D. y Gutiérrez Gómez, A. (21 de mayo de 2008). Origen de las rentas de congestión bajo el sistema de transacciones internacionales de electricidad-TIE. Boletín XM, 196. [Link](#).
- Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. (2012). Ponte sobre o Rio Takutu. Buenos Aires : IIRSA. [Link](#).
- Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. (2013). Ruta Lethem - Linden. Buenos Aires : IIRSA. [Link](#).
- Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. (2013). Deep water port in Guyana. Buenos Aires : IIRSA. [Link](#).
- Fourth Global Review of Aid for Trade : Joint statement. (8 July 2013). Geneva : WTO. [Link](#).
- Evenett, Simon. (june 2013). Protectionism's Quiet Return. GTA's Pre-G8 Summit Report. London : CEPR. [Link](#).
- Growing Pains. (july 9, 2013). World Economic Outlook Update. Washington : IMF. [Link](#).
- Plazas Díaz, Fabián A. (2011) Análisis de la Integración de Bolivia a los Acuerdos de Interconexión Eléctrica de los Países Andinos. UASB : Quito. [Link](#).





# INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



**BID**

Banco Interamericano de Desenvolvimento